



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AMBIENTAL



SUSTENTABILIDADE OU SUSTENTABILIDADES?
A CONCEITUAÇÃO DO TERMO PELOS PESQUISADORES EM
EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CAROLINE RODRIGUES DA MATTA

RIO GRANDE
2013

CAROLINE RODRIGUES DA MATTA

**SUSTENTABILIDADE OU SUSTENTABILIDADES?
A CONCEITUAÇÃO DO TERMO PELOS PESQUISADORES EM
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação Ambiental – Mestrado
em Educação Ambiental da Universidade
Federal do Rio Grande - FURG

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Elisabeth Brandão Schmidt

RIO GRANDE
2013

*Dedico este trabalho a minha família
pelo incentivo e segurança.*

AGRADECIMENTOS

Escolho essas poucas palavras para agradecer a todos aqueles que foram importantes ao longo do curso de pós-graduação. Agradeço a minha família pela dedicação de delinear o meu futuro e pelo grande incentivo diante das minhas escolhas. Ao meu companheiro e corretor particular, Cleber por todo amor e paciência que dedicou a mim. A minha querida orientadora por não me abandonar nos momentos mais difíceis. À banca examinadora pela disponibilidade e pelas sugestões que enriqueceram o trabalho.

RESUMO

A pesquisa *desenvolvida no programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Rio Grande* teve por objetivo compreender como alguns reconhecidos educadores ambientais que atuam em Programas de Pós-graduação em Educação conceituam sustentabilidade e como incorporam esta temática em suas pesquisas. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com estudiosos participantes do Grupo de Trabalho em Educação Ambiental (GT22) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), durante a 34^a Reunião Anual, em 2012. A escolha dos colaboradores da pesquisa recaiu sobre tais atores por estes estarem vinculados a Programas de Pós-Graduação em Educação e desenvolverem pesquisas na área da Educação Ambiental. Para a análise dos dados foi utilizada a Análise Textual Discursiva (ATD) proposta por Moraes e Galiazzi. O estabelecimento do diálogo com os dados empíricos circunscreveu-se em torno de autores como Loureiro, Leff, Tristão, Carvalho, entre outros. A partir da análise de dados emergiram as categorias finais relativas às concepções dos pesquisadores colaboradores da pesquisa sobre a temática da sustentabilidade: *1. O paradigma da sustentabilidade: construção de sociedades sustentáveis; 2. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; 3. O advento de diferentes relações sociais, políticas e culturais*. Ficou evidenciado que os pesquisadores abordam a sustentabilidade como um tema transversal e polissêmico, cuja discussão é imprescindível no atual cenário mundial, por trazer, em seu bojo, a emergência de outras e diferentes formas de relações embasadas em aspectos socioambientais. Imbricada ao debate sobre sustentabilidade emerge a necessidade de se repensar o atual modelo econômico bem como o desenvolvimento de sociedades sustentáveis que tenham como finalidade uma maior preocupação ambiental. Portanto, pensar a sustentabilidade, superando a teia de dominação que o sistema econômico impõe sobre as sociedades, é criar a possibilidade de novas relações, de outras formas de apropriação da natureza, de uma vida diferente em direção não somente ao futuro que queremos, mas também ao futuro/presente que necessitamos.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Educação Ambiental, Sociedades Sustentáveis

SUSTAINABILITY OR KINDS OF SUSTAINABILITY? THE
CONCEPTUALIZATION OF THE TERM BY RESEARCHERS IN
ENVIRONMENTAL EDUCATION

ABSTRACT

This study, which was carried out in the Post-graduate Program in Environmental Education at the *Universidade Federal de Rio Grande*, in Rio Grande, RS, Brazil, aimed at understanding how some well-known environmental educators who teach in post-graduate programs in Education concept sustainability and how they deal with this theme in their researches. Semi-structured interviews were carried out with researchers that take part in *the Grupo de Trabalho em Educação Ambiental (GT22)* at the *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)*, during the 34th Annual Meeting in 2012. They were chosen because they have been connected to post-graduate programs in Education and have developed research in Environmental Education. Textual Discourse Analysis (TDA) by Moraes and Galiazzi was applied to the data. Authors such as Loureiro, Leff, Tristão and Carvalho were used and referenced to establish a dialogue with the empirical data. The data analysis led to categories regarding the way the researchers understand sustainability: 1. The paradigm of sustainability: the construction of sustainable societies; 2. Sustainability and sustainable development; 3. The rise of different social, political and cultural relations. Results show that the researchers regard sustainability as a transversal and a polysemic theme whose discussion is fundamental in the current world because it carries, in its core, other different forms of relations based on socioenvironmental aspects. This debate also triggers the need to think about the present economic model and the development of sustainable societies that have environmental concerns. Therefore, thinking of sustainability to overcome the domination web imposed by the economic system on the society is to create the possibility of new relations and other forms of facing nature and life not only towards the future we look for but also towards the future/present we need.

Key words: Sustainability, Environmental Education, Sustainable societies

Sumário

1. Introdução.....	10
2. Sustentabilidade - Capacidade de sustentar o mundo?	18
3. Um breve histórico do grupo de trabalho – GT22 da ANPED	26
3.1.A institucionalização da Educação Ambiental no âmbito nacional	30
4. Encaminhamentos Metodológicos.....	39
4.1.Descrevendo o processo	44
5. O paradigma da sustentabilidade: construção de sociedades sustentáveis ...	50
6. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	57
7. O advento de diferentes relações sociais, políticas e culturais	63
8. Considerações finais	68
Referências bibliográficas	76
Anexos.....	79
Anexo 1: Entrevista Semiestruturada	80
Anexo 2: Termo de consentimento livre e esclarecido	82
Anexo 3: Transcrições.....	83

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ATD – Análise Textual Discursiva

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92 ou Rio-92)

DCNEA - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental

EA – Educação Ambiental

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

GE – Grupo de Estudo

GT – Grupo de Trabalho

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

MEC – Ministério da Educação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PPGE – Programas de Pós-Graduação em Educação

ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental

RIO+20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Atlas – Mitologia Grega	18
Quadro 1: unidades de significado	45
Quadro 2: categorias iniciais	45
Quadro 3: códigos	46
Quadro 4: categorias intermediárias	46
Quadro 5: categorias finais	47
Quadro 6: resumo do processo de ATD	48

1. INTRODUÇÃO

Constituímo-nos como pesquisador/pesquisadora ambiental exige um grande esforço e um ultrapassar limites para investir em um futuro que muitas vezes pode parecer incerto. É um caminho longo, desafiador e tumultuado, mas preñado de novas possibilidades de conhecimentos e de aprendizagens. O mais fascinante nesse processo de constituição é toda a fonte de conhecimento que, inesgotavelmente, vamos preenchendo ao longo do tempo; fonte essa caracterizada por sua incompletude, sempre pronta e aberta a novas formas de sabedoria.

Todos os dias somos modificados por novas vivências, pois nos deparamos, a todo o momento, com problemas e questionamentos que procuramos compreender. Dessa forma, nossa construção como pesquisador/pesquisadora torna-se infinita. Nossas inquietações norteiam novas decisões e fazem-nos buscar diferentes respostas para compreender melhor o fenômeno de pesquisa. Por vezes, o caminho se modifica, toma rumos diferentes e, assim, tentamos cada vez mais superar novos obstáculos, ultrapassar limites e chegar aonde almejamos.

As grandes experiências desde a graduação proporcionaram-me valiosas descobertas. O processo é longo e por vezes conturbado. São muitas escolhas, novos conhecimentos e universos que brotam a cada passo dado. As decisões tornam-se difíceis, complexas, mas a experiência herdada ao longo da jornada nos revela inúmeras possibilidades de explorar o desconhecido. Por vezes, voltamos nas nossas decisões; é complexo determinar o futuro em poucos anos. O tempo não espera; passa sem avisar, sem pedir permissão e, assim, as decisões devem ser arranjadas.

Esse turbilhão de emoções, dúvidas e aflições delimita o nosso processo de crescimento como profissional. É necessário viver intensamente cada escolha. Desde a graduação, detive-me diante de várias situações que me fizeram assumir posições e traçar o início de minha carreira profissional.

A graduação em Ciências Biológicas e a pós-graduação em Educação Ambiental foram escolhas certas que fiz ao longo do processo. O campo ambiental é vasto, cheio de possibilidades de novas aprendizagens. A Educação Ambiental, desde sua ascendência, vem tentando solucionar e amenizar problemas sociais, culturais e

ambientais da humanidade. Dessa forma, torna-se uma área de estudo altamente renovável e atual.

Aprendendo os conceitos da Educação Ambiental, percebo que é através desse campo que ainda podemos acreditar em um futuro diferente, em que haja possibilidades de sobrevivência, respeito, cidadania, igualdade, justiça etc., pois “contribuir para a constituição de uma atitude ecológica caracteriza a principal aspiração da EA” (CARVALHO, 2008, p. 69).

A capacidade de inter-relação que a Educação Ambiental apresenta em todas as suas vertentes abre passagens para que possamos, continuamente, encontrar formas de ligação na complexa relação entre cultura e natureza.

Carvalho, a esse respeito, assim se refere:

Nesse sentido, a interação com o ambiente ganha o caráter de inter-relação, na qual aquele se oferece como um contexto do qual fazemos parte, envolvidos que somos pelas condições ambientais circundantes, ao mesmo tempo em que nós, como seres simbólicos e portadores de linguagem, produzimos nossa visão e nossos recortes dessa realidade, construindo percepções, leituras e interpretações do ambiente que nos cerca. (CARVALHO, 2008, p. 76)

Essa relação dinâmica e de mútua transformação entre seres humanos e meio ambiente organiza-se como um ciclo, o qual é realimentado através das descobertas que tal relação propicia, porquanto está sempre aberto para novos desdobramentos, produzindo continuamente intensos processos educativos.

A educação é parte da ação humana capaz de transformar a cultura dos homens. Assim, atribui sentidos às relações entre o homem e o meio que o cerca. Parafraseando Carvalho, “o educador é apenas um intérprete”, pois educar é ser mediador do processo educativo, capaz de provocar novas leituras da vida, novas compreensões sobre o mundo e sobre a ação dos seres humanos sobre o mundo. Nesse sentido:

O processo de educação acontece como parte da ação humana de transformar a natureza em cultura, atribuindo-lhe sentidos, trazendo-a para o campo da compreensão e da experiência humana de estar no mundo e participar da vida. (CARVALHO, 2008, p. 77)

É diante desse contexto que se situam os educadores ambientais. A Educação Ambiental é a ação educativa capaz de discutir e entender as intervenções do homem

sobre, em e com o meio ambiente, e, a partir de então, criar maneiras de repensar as formas de se relacionar com o meio socioambiental.

Falar em EA é afirmar que a educação, enquanto prática social, contribui para o processo de construção de sociedades pautadas por novos patamares civilizatórios e societários distintos dos atuais. Dessa forma, visa à sustentabilidade da vida, bem como a um desempenho político consciente e a uma ética social que se assegure como ecológica.

A Educação Ambiental implica processos de conscientização sobre as problemáticas socioambientais emergentes. Nesse sentido, a EA critica o modelo de desenvolvimento dominante, orientando a construção de uma racionalidade social e ambiental.

A Educação Ambiental traz, imbricada em sua totalidade, uma pedagogia que nasce da necessidade de nortear a educação dentro do contexto social e da realidade ecológica e cultural. Assim sendo, o processo educativo, pautado nas premissas da Educação Ambiental, promove teorias e valores que questionam o formato atual da sociedade, orientando ações sociais para a construção de outra racionalidade, fundada nos potenciais culturais e socioambientais.

Nesse contexto, o curso de mestrado em EA era o ponto inicial para que fosse possível um maior contato com o campo ambiental e seus desdobramentos, já que a EA serve como mediadora para a construção social e de novas posturas éticas diante do mundo. Assim, em 2011, ao ingressar no Mestrado em Educação Ambiental, tive contato com o projeto “Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación Ambiental en Iberoamérica”. Este projeto é financiado pelo Programa Ibero-Americano de Ciencia y Tecnologia para el Desarrollo (CYTED) . Acendia em mim a vontade de desenvolver uma pesquisa que mantivesse afinidade com o projeto citado. Com isso, a primeira ideia era a de realizar um estudo acerca de como o termo/temática sustentabilidade estava sendo incorporado nas pesquisas em educação no Brasil. Contudo, seria uma investigação que poderia tornar-se inconclusa devido a sua amplitude.

Adotando como premissa o projeto “Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación Ambiental en Iberoamérica”, elegemos condensar tal investigação e determo-nos em algo mais delineado. Assim, optamos por desenvolver a seguinte pesquisa: **Sustentabilidade ou Sustentabilidades? A conceituação do termo pelos pesquisadores em educação ambiental.**

A pesquisa respondeu como pesquisadores em EA conceituam sustentabilidade, e também como desenvolvem, nos seus grupos de pesquisa, trabalhos que se utilizam da temática. Por meio de entrevistas semi-estruturadas, foram ouvidas as considerações de diferentes pesquisadores do campo ambiental participantes do GT22 da ANPED, as quais se constituíram no corpus de análise da pesquisa.

A pesquisa tem como objetivo principal *compreender como alguns educadores ambientais que atuam em Programas de Pós-graduação em Educação conceituam sustentabilidade e como incorporam essa temática em suas pesquisas*. Assim sendo, são objetivos específicos:

- 1) Investigar, junto aos pesquisadores do GT22 da ANPED, qual conceito atribuem à sustentabilidade, e como se dá a incorporação do tema sustentabilidade em seus PPGes;
- 2) identificar quais as dimensões do conceito de sustentabilidade estão sendo utilizadas em suas pesquisas.

Justifica-se a pesquisa pelo entendimento de que a temática da sustentabilidade é atual e que concentra diferentes significados, perpassando variados campos do conhecimento. É um conceito que, sem dúvidas, exige uma abordagem ampla e diversificada, já que se configura, hoje, como uma forma de se pensar a relação entre sociedade, ambiente e desenvolvimento. Para Loureiro (2012, p. 57) “o conceito de sustentabilidade é instigante, complexo e desafiador” e, de tal modo, remete-nos a pensar em múltiplas relações, que vão desde conceitos biológicos e ecológicos até políticos e econômicos.

A dinamicidade da palavra sustentabilidade produz incontáveis indagações em relação ao termo, visto que exprime a noção de progresso, de prováveis mudanças, de novas fases e processos de transições da sociedade. Segundo Loureiro (2012) “a sustentabilidade é algo que depende da multiplicidade de manifestações culturais e autonomia dos povos na definição de seus caminhos e escolhas, em relações integradas às características de cada ecossistema e território em que se vive” (LOUREIRO, 2012, p. 63). Já na concepção de Leff (2011), “a sustentabilidade surge como resposta à fratura da razão modernizadora e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização” (LEFF, 2011, p. 31).

Dessa forma, a sustentabilidade sugere a conservação do vigor de vida, o cuidado com o todo, buscando resgatar visões e valores que foram perdidos ao longo do processo histórico da humanidade.

O conceito da sustentabilidade trata da reapropriação da natureza, da reinvenção do mundo. Nesse sentido, a temática da sustentabilidade assume um papel central na reflexão sobre as discussões que envolvem as questões do desenvolvimento econômico e das alternativas que surgem, com o intuito de reconfigurar um outro caráter de se relacionar com o meio natural. A sustentabilidade adquire uma visão diferenciada com relação ao desenvolvimento, procurando superar o reducionismo e estimular um pensar e fazer sobre o meio ambiente diretamente vinculado ao diálogo, à participação, aos valores éticos, visando fortalecer a interação entre sociedade e natureza.

A tentativa de dimensionar os conceitos atribuídos à temática da sustentabilidade supera o campo biológico/ecológico, estendendo-se a outras áreas de estudos. Sendo assim, a pesquisa interessa a leitores dos mais variados campos, pois a ideia do trabalho não é criar um único conceito que delimite as fronteiras do que realmente entendemos por sustentabilidade, mas sim expandir as diferentes formas de relacionamento com a temática e com sua interpretação.

Estudos em Educação Ambiental não visam delimitar fronteiras, definir conceitos, mas afirmar valores, contribuir para a transformação social e humana, bem como para a preservação ecológica, estimulando a formação de sociedades justas e equilibradas, mantendo as relações de interdependência e de diversidade.

Assim, o educador ambiental seria um intérprete dos nexos que produzem os diferentes sentidos do ambiental em nossa sociedade. Ou, ainda, em outras palavras, um intérprete das interpretações socialmente construídas. Desse modo, a EA, como prática interpretativa que desvela e produz sentidos, contribui para a constituição do horizonte compreensivo das relações sociedade-natureza e para a invenção de um sujeito ecológico [...]. (CARVALHO, 2002 p. 34)

Nesse contexto, entende-se por sujeito ecológico, um sujeito ideal que admite a utopia daqueles que creem nos valores ecológicos. Não se trata de um ser ou de um grupo social inteiramente ecológico em todos os domínios sociais, mas sim de um sujeito que carrega valores e crenças que guiam e constituem diferentes maneiras, coletivas ou individuais, de se relacionar com a sociedade atual, levando em consideração as condições históricas e sociais contemporâneas. O desejo de mudança e

sua força utópica seguem vigentes, atraindo muito das energias e inspirações dos que hoje se identificam com o ideário ecológico. (CARVALHO, 2008, p. 68).

Assim, a existência de um sujeito ecológico evidencia não somente um modo individualizado de ser, mas também a probabilidade de um mundo transformado, que deve ser compatível com esse ideal. Fomenta esperanças de viver em um mundo melhor, onde se busca a justiça e o bem-estar, as quais também são as premissas de uma sociedade que almeja a sustentabilidade.

A necessidade de superar a atual visão socioambiental exige um esforço de superação entre dois pontos extremos: sociedade e natureza. O surgimento de um sujeito ecológico que vise superar tal terreno demarca a orientação para uma racionalidade complexa, a qual pensa o meio ambiente não como sinônimo de natureza, mas sim, como um lugar de interação entre a sociedade, a cultura e a natureza.

Diretamente interligado com este contexto está a questão da sustentabilidade. Agir através da sustentabilidade requer um romper paradigmas e avançar para outros padrões sociais. É um movimento que questiona as atuais barreiras socioambientais e critica o atual modelo econômico.

A EA é parte que integra esse movimento ecológico, que mostra a preocupação com o futuro e com a qualidade da vida. Podemos dizer que a Educação Ambiental está entre as escolhas que objetivam construir novas maneiras sociais de se relacionar com o meio ambiente.

Em suma, a Educação Ambiental que se afirme como transformadora da sociedade atual deve minimizar os conflitos sociais em nome de uma cooperação que pode nos levar à harmonia com a natureza. Nessa perspectiva:

A Educação Ambiental fomenta novas atitudes nos sujeitos sociais e novos critérios de tomada de decisões dos governos, guiados pelos princípios de sustentabilidade ecológica e diversidade cultural, internalizando-os na racionalidade econômica e no planejamento do desenvolvimento. Isto implica educar para formar um pensamento crítico, criativo e prospecto, capaz de analisar as complexas relações entre processos naturais e sociais, para atuar no ambiente com uma perspectiva global, mas diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que o definem. (LEFF, 2011, p. 256)

Como base na literatura consultada, torna-se imperativo expandir e intensificar a compreensão que temos sobre a temática da sustentabilidade. Nesse sentido é que

desenvolvemos essa pesquisa, cuja comunicação escrita está apresentada seguindo um formato em seis capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “Sustentabilidade – Capacidade de sustentar o mundo?”, é estabelecida uma relação entre a história de Atlas (Titã da mitologia Grega) e os problemas ambientais relacionados ao consumo e à geração de lucro do sistema capitalista. Ainda no primeiro capítulo, aparecem algumas indagações, como por exemplo, de quem é a culpa da insustentabilidade planetária. Também os impactos ambientais produzidos pelas grandes indústrias constituem tópico de discussão apresentado ainda no primeiro capítulo.

O segundo capítulo, denominado “Um breve histórico do grupo de trabalho – GT22 da ANPED”, apresenta a história da formação do grupo de trabalho da Educação Ambiental (GT22), além de discutir, no subtítulo “A institucionalização da EA no âmbito nacional”, a institucionalização e a ascensão da EA no cenário brasileiro. A criação de programas como o ProNEA, que se mostraram como delimitadores de um processo histórico sofrido pela implantação da Educação Ambiental, tornou-se uma importante alavanca para um efetivo cuidado com a sociedade.

No terceiro capítulo, está delineada a metodologia da pesquisa. A metodologia elegida está baseada na análise textual discursiva (ATD), desenvolvida por Moraes e Galiazzi. Com apoio no processo de categorização dos dados, é estabelecido um diálogo com os pesquisadores entrevistados, relacionando suas ideias com o pensamento de teóricos da Educação Ambiental. O processo de ATD caracteriza-se por uma desconstrução, acompanhada da reconstrução de materiais linguísticos e discursivos, formando novos entendimentos sobre os discursos em análise.

Ao fim do processo analítico, foram moldados três grandes títulos, os quais compreendem o quarto, o quinto, e o sexto capítulos da pesquisa, respectivamente. Tais metatextos tentam abarcar as ideias dos pesquisadores entrevistados sobre a compreensão de cada um a respeito da temática sustentabilidade. Constituem os metatextos: *1) o paradigma da sustentabilidade: construção de sociedades sustentáveis; 2) Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; 3) O advento de diferentes relações sociais, políticas e culturais.*

Cada metatexto abordará os pensamentos dos colaboradores da pesquisa. Contudo, a ideia não é contrapor discursos, linhas de pensamento ou criar um único conceito que responda à pesquisa, mas sim mostrar a capacidade de múltiplas relações

que a temática da sustentabilidade pode abranger. Em nenhum momento houve a comparação entre quaisquer participantes, tampouco deles com outros teóricos.

Este trabalho de pesquisa é apenas uma iniciativa para discussão de um assunto abrangente e abstruso, a qual não tenta solucionar as problemáticas surgidas, mas a todo o momento se propõe a enfrentar desafios e a superá-los, a partir da reconstrução de conhecimentos adquiridos ao longo do processo.

2. SUSTENTABILIDADE - CAPACIDADE DE SUSTENTAR O MUNDO?

*“Isto sabemos: a Terra não pertence ao homem;
o homem pertence à Terra. Isto sabemos: todas
as coisas estão ligadas como o sangue que une
uma família. Há uma ligação em tudo. O que ocorre com a
terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não teceu o
tecido da vida: ele é simplesmente um de seus fios.*

Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.”

Chefe indígena Seattle (1854)

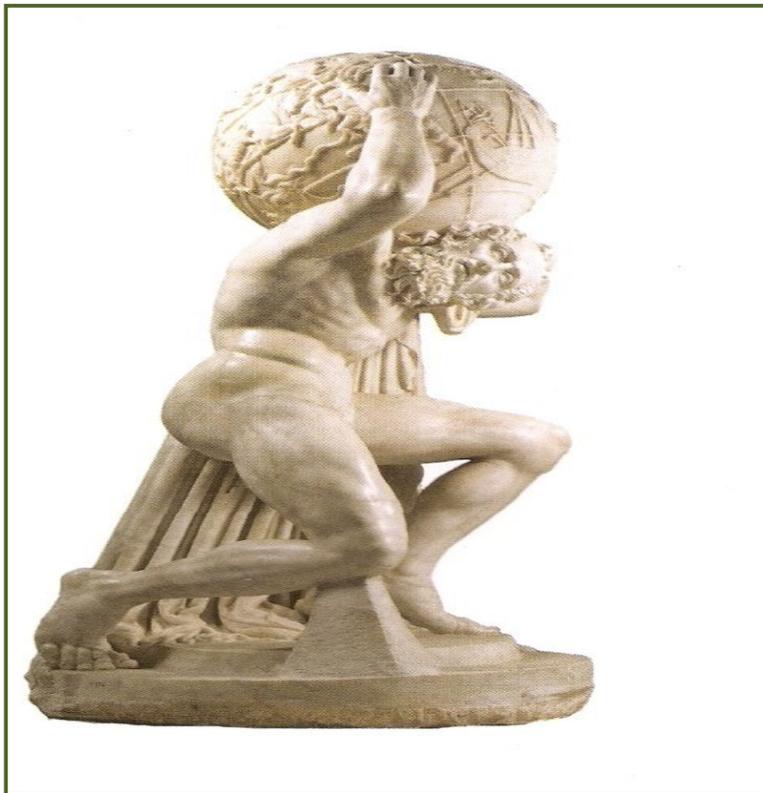


Figura 1 - Atlas - Mitologia Grega

Atlas, um dos Titãs da mitologia grega, foi condenado a sustentar o céu em seus ombros porque recusou acolhida e alento para Perseu¹. Perseu, revoltoso com a expulsão imposta por Atlas, dá-lhe um castigo: mostra-lhe a cabeça de Medusa, e, então, cada parte do corpo enorme de Atlas transforma-se em florestas, rochedos e rochas, e o céu com todas suas estrelas apoiam-se nos ombros do titã.

¹ Perseu foi o herói mítico grego que decapitou Medusa, monstro que transformava em pedra qualquer um que olhasse em seus olhos.

Embasada nessa passagem da história mitológica, ficam determinadas indagações: *A sustentação planetária é dever de quem? De quem é a responsabilidade de amenizar os impactos ambientais planetários? Será um castigo sustentar o nosso planeta?*

Por muitas décadas os seres humanos aniquilaram a natureza sem restrição, suscitando impactos ambientais e sociais desmedidos. A visão antropocêntrica, que surgiu no Renascimento², perdura até os dias atuais, avigorando a ideia de que o ser humano é o centro do universo, e que todas as relações precisam ser avaliadas de acordo com a sua visão centralizadora de manipulação do meio natural, assim como a dominação sob as espécies mais inferiores.

Para robustecer a cultura dos homens, surge o capitalismo³, com sua sede pelo consumo desregrado, induzindo boa parcela da população mundial a exaurir o planeta. Grandes indústrias espalhadas pelo mundo têm seu modo de produção cada vez mais efervescente, o que favorece a exploração dos recursos naturais. Povos e culturas estão sendo dizimados na intensa luta pelo lucro.

A fome é um problema crescente, afetando diretamente as populações mais pobres. Falta alimento, moradia, respeito, paz, solidariedade, equilíbrio. Enfim, a busca pelo consumo desmedido e pela compulsiva geração de renda faz que as grandes empresas dominem o cenário de produção mundial, relegando à grande parte da população sobreviver em um sistema ambicioso e hostil.

A revolução industrial⁴ tornou-se uma das passagens históricas que impulsionou, de maneira vertiginosa, o processo de industrialização e de consumo mundial. A burguesia industrial, ávida por maiores lucros, menores custos e produção acelerada, buscou alternativas para melhorar a produção de mercadorias. A mão de obra humana foi substituída por máquinas velozes com a capacidade de produção em massa, ocasionando não só o aumento da poluição ambiental como também a disseminação da

² Período da História da Europa aproximadamente entre fins do século XIII e meados do século XVII. (Retirado de www.suapesquisa.com – acesso em 10/05/12).

³ Encontramos a origem do sistema capitalista na passagem da Idade Média para a Idade Moderna. Com o renascimento urbano e comercial dos séculos XIII e XIV, surgiu na Europa uma nova classe social: a burguesia. Esta nova classe social buscava o lucro através de atividades comerciais (www.suapesquisa.com – acesso em 10/05/12)

⁴ A Revolução industrial ocorreu na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e encerrou a transição entre o feudalismo e o capitalismo, uma fase de acumulação primitiva de capitais e de preponderância do capital mercantil. A substituição das ferramentas pelas máquinas; da energia humana pela energia motriz e o fazer do modo de produção doméstico pelo sistema fabril constituiu a história da Revolução industrial. (www.culturabrasil.pro.br – acesso em 10/05/12)

necessidade pelo lucro. Com o avanço das tecnologias, as máquinas tornaram-se cada vez mais especializadas, e assim grandes polos industriais alastraram-se em todos os territórios.

Além disso, a Revolução ainda possibilitou a eficiência dos métodos de produção. Os produtos passaram a ser lançados mais rapidamente, barateando os preços e estimulando o consumo. Por outro lado, ascendeu também o número de desempregados. A poluição ambiental, o aumento da poluição sonora, o êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades foram consequências nocivas para a sociedade.

Da mesma forma, o processo de globalização⁵ surgiu para estabelecer uma relação entre os países, permitindo transações financeiras e comerciais facilitadas. É importante destacar que o processo de globalização busca o barateamento dos processos produtivos industriais, reduzindo o custo das mercadorias, optando por países onde a mão de obra, a matéria-prima e a energia são mais baratas. A história do homem sobre a Terra é caracterizada por uma ruptura entre ele e a natureza. Essa ruptura tem sua origem no domínio da natureza pelo capitalismo.

A ideia que nasce através do processo de globalização, de formar uma aldeia global permitindo maiores mercados para os países desenvolvidos e dessa forma aprofundar a integração social, econômica, cultural e política é extremamente rica quando se trata de inter-relacionar todos os países, fazendo que nações subdesenvolvidas tenham contato facilitado com países desenvolvidos. Contudo, o processo de globalização traz em seu conteúdo o risco de grandes catástrofes mundiais, pois o que intenciona todo este efervescente processo é a geração de renda, fato que suscita grandiosos impactos ambientais, os quais, na maioria das vezes, afetam os países subdesenvolvidos.

Outros pontos a serem questionados, além dos ambientais, são os impactos acometidos sobre as sociedades e suas culturas. A facilitação do comércio entre os países, por vezes, descaracteriza a cultura local, já que a crescente demanda por lucro tem como objetivo “globalizar produtos”, ou seja, utilizar matéria prima barata para produzir artigos em determinados países e distribuir para os grandes centros comerciais.

Para Tristão o processo de globalização trata-se de:

⁵ A globalização efetivou-se no final do século XX, logo após a queda do socialismo no leste europeu e na União Soviética. O neoliberalismo, que ganhou força na década de 1970, impulsionou o processo de globalização econômica. (www.suapesquisa.com – acesso em 16/06/12)

[...] um debate em que convergem e divergem diferentes tendências teóricas, políticas e culturais. Alguns o definem como um fenômeno estritamente econômico, financeiro ou comercial; outros acentuam seu caráter político e cultural; outros ainda, o encaram como a influência das transformações tecnológicas sobre as bases produtivas, bem como uma revolução cultural causada pelas novas tecnologias da informação. (TRISTÃO, 2010, p. 157).

É evidente que todo processo de mudança traz, de alguma forma, problemas. Deve-se ter ciência de que tais problemáticas existem e, a partir deste ponto, nortear novas ações para que seja possível retirar o máximo de benefícios de tal realidade. Entretanto, o conhecimento com relação aos impactos socioambientais é evidenciado constantemente, mas quem deve propor mudanças? De onde deve partir a necessidade de rever conceitos e amenizar os impactos globais?

A crise socioambiental é resultante do triunfo do capitalismo e não do seu fracasso ou de suas falhas. O esgotamento dos recursos naturais adveio do sucesso desse sistema econômico. Pensar em sustentabilidade nesse contexto é extremamente contraditório, pois onde há intensa produção de mercadorias é onde mais se destruiu a natureza. Essa constatação reforça a existência de uma ampla crise ecológica e civilizatória. Orientada por tal ideia, fica uma indagação: as forças do mercado são capazes de realizar uma sustentabilidade global? Não. O atual modelo sociopolítico deixa clara a insustentabilidade, inviabilizando tal realização.

Nesse sentido é essencial afirmar que

A sustentabilidade não acontece mecanicamente. Ela é fruto de um processo de educação pela qual o ser humano redefine o feixe de relações que entretém com o universo, com a Terra, com a natureza, com a sociedade e consigo mesmo dentro dos critérios assinalados de equilíbrio ecológico, de respeito e amor à Terra e à comunidade de vida, de solidariedade para com as gerações futuras e da construção de uma democracia socioecológica (BOFF, 2012, p.149).

Vejamos, por exemplo, os impactos ambientais provocados pela construção de usinas hidrelétricas. São irreversíveis, pois, mesmo sendo utilizado um recurso natural renovável, há uma grande alteração da paisagem, suscitando desmatamentos que repercutem em prejuízos à fauna e à flora, além do deslocamento das populações que viviam nas regiões de instalação dessas hidrelétricas. O avanço da ciência e da

tecnologia, embora traga inúmeros benefícios para a humanidade, também proporciona incontáveis prejuízos, tais como a redução da biodiversidade, o aumento de pandemias, o crescimento da pobreza, a escassez de água, entre outros. Entretanto, a demanda crescente por energia é um dos monstros do capitalismo.

Guattari (2011) alerta sobre estes desequilíbrios ecológicos dos modos de vida contemporâneos que estão indo rumo a uma progressiva deterioração. Ele sugere que, em resposta a esta crise ecológica, faça-se em escala planetária uma transformação política, social e cultural.

A responsabilidade pela “sustentação” do planeta recai sobre os ombros de poucos. E os grandes destruidores do sistema capitalista? Não irão fazer nada para minimizar as sequelas negativas geradas sobre o nosso planeta?

O ambiente natural tem se tornado, constantemente, alvo de campanhas publicitárias, a fim de expandir o grande mercado verde, mas será que são propostas verdadeiramente socioambientais ou somente há interesse das empresas em lucrar com tais campanhas? As empresas vendem seus produtos ditos sustentáveis; por trás de tal atitude, porém, existe o propósito do lucro do mercado.

Será que somos nós que devemos fechar a torneira? Será que somos nós que devemos apagar a luz e reciclar o lixo? Somos somente nós que devemos parar de consumir e poluir? Ora, parece uma questão contraditória: os que mais poluem e desmatam os recursos naturais são os que menos fazem para amenizar os problemas já produzidos.

É claro que é nosso dever também cuidar do planeta, reciclar nosso lixo, não desperdiçar água e diminuir a poluição ambiental. Mas as grandes empresas, que assolam os recursos planetários, causando danos ambientais e sociais, quase sempre irreversíveis, deveriam ser mais atentas a toda problemática ambiental, refletindo sobre a probabilidade de finitude dos recursos empregados para aumentar a renda e também tentar amenizar os impactos assombrosos que acometem a Terra.

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução deverá concernir, portanto, não só as relações de forças visíveis em grande escala mas também aos domínios moleculares da sensibilidade, da inteligência e do desejo. (GUATTARI, 2011, p. 9).

Enquanto não houver o equilíbrio entre a maneira de produção, de consumo e de utilização dos recursos naturais, não haverá como falar em sustentabilidade, em sustentação planetária ou em sociedades sustentáveis. Enquanto o sistema capitalista consumir o planeta e não assumir a responsabilidade de amenizar os efeitos provocados, o discurso sobre sustentabilidade permanecerá vazio, sem fundamento.

A Terra exige respeito, clama pelo fim do desequilíbrio ambiental, da desigualdade social, do desrespeito humanitário. Devemos escutar o chamado por socorro da natureza assolada, das sociedades massacradas e das culturas esfarrapadas pelo ciclo do sistema de consumo em que vivemos. Nesse contexto, Leff diz que:

a teoria econômica constitui-se como um paradigma ideológico-teórico-político – como uma estratégia de poder – que, desde seus pressupostos ideológicos e seus princípios mecanicistas – a mão invisível e o espírito empresarial; a criação da riqueza e do bem comum a partir do egoísmo individual e da iniciativa privada; o equilíbrio da oferta e da procura, dos preços e valores de mercado, dos fatores da produção -, gerou um mundo que hoje transborda sobre suas externalidades: entropização dos processos produtivos, alteração dos equilíbrios ecológicos do planeta, destruição de ecossistemas, esgotamento de recursos naturais, degradação ambiental, aquecimento global, desigualdade social, pobreza extrema. (LEFF, 2010, p. 21)

Enquanto os seres humanos não aprenderem a viver em equilíbrio com as demais espécies e com os recursos disponíveis no nosso planeta, não haverá como pensar em equilíbrio ambiental, não haverá como viver harmoniosamente com a natureza e com a sociedade. Enquanto empresas de grande porte não priorizarem o cuidado ambiental e social, o planeta Terra continuará doente, sofrendo as desgraças procriadas pelo sistema de consumo e lucro.

Se um dia a prioridade planetária consistir em cuidar do meio social e ambiental, o empenho de sustentar o mundo nas costas passará a não ser obrigação exclusiva de alguns, e, assim, o peso da responsabilidade assegurada em múltiplos ombros se tornará facilmente suportável.

A este respeito, Loureiro considera que:

a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica.

Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si relação de interdependência e diversidade. Isso requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário. (Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais/Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992: 193) (2004, p.30).

A vida sobrevive em um ciclo catastrófico que degrada constantemente a Terra. É fato que os impactos incididos sobre a superfície planetária ferem, ao longo dos anos, a vida das espécies. Atualmente, o castigo da humanidade é conviver com a gama de problemas ambientais, é suportar o insuportável, é viver como guerreiros em um mundo onde a escassez de alimento, de moradia, de igualdade é aceita como comum. As espécies de animais e de plantas estão sendo dizimadas; os recursos naturais estão sendo abolidos; a insustentabilidade do planeta é quase insuportável. Mas até quando?

Sachs (2009) diz que para a conservação da biodiversidade é necessária uma longa e ampla reflexão sobre o futuro da humanidade, a qual necessita ser protegida para garantir os direitos das próximas gerações. Somente através de novas maneiras de pensar e de agir, será possível rever as formas de lidar com a Terra, buscando a sustentabilidade planetária.

Na opinião de Boff

Não haverá, seguramente, sustentabilidade geral se não surgir uma governança global, quer dizer, um centro multipolar com a função de coordenar democraticamente a humanidade. Esta configuração é uma exigência da globalização, pois esta implica o entrelaçamento de todos dentro de um mesmo e único espaço vital que é o Planeta Terra (BOFF, 2012, p. 104).

Como só há uma única Terra e uma única humanidade, deve haver também uma única governança democrática que seja capaz de unificar a atual realidade planetária fazendo que o conceito de sustentabilidade seja ampliado e integrado aos vários campos da realidade e das atividades humanas. Essa passagem para a sustentabilidade está relacionada com a diversidade das condições locais de um desenvolvimento visto como democrático e sustentável.

O caminho mais rápido para alcançarmos a sustentabilidade planetária parece ser a partir da realização da democracia, entendida como a forma de organização mais

adequada à natureza social dos seres humanos e à própria lógica do universo, pois está baseada na cooperação, na solidariedade e na inclusão de todos. (BOFF, 2012, p. 126).

A sustentabilidade do processo de desenvolvimento implica o reordenamento das relações sociais e ambientais em busca da ética democrática. A partir de tal constatação, será possível construir uma passagem para a sustentabilidade global, baseada na diversidade das condições locais e globais de um desenvolvimento democrático e sustentável.

Com base nesse contexto, é irrevogável afirmar que as histórias mitológicas podem ser inventadas, reinventadas. Contudo, a nossa história é apenas uma. Uma chance de fazer tudo certo, de não negar a Terra, de cuidar da biodiversidade, de aceitar a diversidade como riqueza, de rever a democracia, de refletir sobre as questões socioambientais, de reafirmar a necessidade da sustentabilidade.

A sustentabilidade – seja ela global, local, individual, coletiva – é imprescindível para avigorar a vida. A sustentabilidade ergue de novo a pergunta pelo ser e pelo tempo a partir do questionamento da racionalidade econômica que funda uma compreensão do mundo que degenerou para formas de dominação da natureza. Ao mesmo tempo interroga os processos socioambientais, valoriza o ser a partir da diversidade cultural, abrindo novas vias para a reapropriação da natureza, enquanto configura novas temporalidades e identidades das quais depende a trajetória para um futuro sustentável.

3. UM BREVE HISTÓRICO DO GRUPO DE TRABALHO – GT22 DA ANPED

O GT22 da ANPED é um grupo de trabalho que contém em seu rol múltiplos professores/pesquisadores de universidades brasileiras, os quais desenvolvem trabalhos relacionados às múltiplas facetas da Educação Ambiental. Esse conjunto de fatores reúne um elenco importante para responder ao objetivo principal dessa pesquisa. Nesse sentido, é indispensável apresentar um breve histórico da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) como também do grupo de trabalho da Educação Ambiental (GT22).

A ANPED — Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação — foi fundada em 1976 por alguns Programas de Pós-Graduação da Área da Educação. Três anos após sua fundação, a instituição acolhe dois grupos de sócios: os institucionais, agregados pelos programas de pós-graduação em educação, e os sócios individuais, agregados pelos professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação em educação.

Vinte anos após a fundação da ANPED, especialmente no ano de 1999, tornou-se imprescindível a criação de um grupo de estudos que discutisse contextos ambientais. Era evidente o crescente número de trabalhos acadêmicos que traziam como premissa assuntos ligados à área ambiental. A pesquisa "Fundamentos pedagógicos e políticos da produção brasileira em Educação Ambiental", do professor Marcos Reigota⁶, indicava, desde seu início, que a produção de conhecimento sobre Educação Ambiental contava com 200 dissertações de mestrado defendidas desde 1984 e com 40 teses de doutorado defendidas desde 1990.

Considerando a intensa programação das reuniões anuais da ANPED e a crescente produção das pesquisas em EA espalhadas nos diferentes GEs e GTs, tornava-se complexo acompanhar a real produção do campo ambiental. Tal produção ficava circunscrita à comunidade de pesquisadores da área. Dessa forma, fazia-se imprescindível a criação de um grupo de trabalho relacionado à Educação Ambiental, o qual fosse capaz de agregar a demanda de trabalhos da área em questão.

⁶ Doutor pela Universidade Católica de Louvain. Pós-doutorado na Universidade de Genebra. É membro honorário da Academia Nacional de Educação Ambiental do México. Foi coordenador do GE Educação Ambiental da ANPED. (Retirado de www.cnpq.br - acesso em 16/06/12)

Outro ponto significativo que revigorava a ideia do crescimento da EA no cenário brasileiro era o alto índice de periódicos e artigos vinculados aos nomes de pesquisadores que já retratavam assuntos relacionados à Educação Ambiental. Pesquisadores e estudantes de todas as áreas se voltaram para tais questões, havendo uma ampliação significativa de trabalhos cuja abordagem estava diretamente ligada às questões ambientais. Sendo assim

Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, voltados exclusivamente para a temática ambiental, constituem um passo adiante na institucionalização do meio ambiente como uma nova especialidade e área de formação profissional. Representam, nesse sentido, a entrada institucional dessa temática no ensino superior (CARVALHO, 2002, p. 168).

Dentro desse contexto, é importante destacar o valor do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, que conta com mestrado e doutorado, específicos em EA. Desde a fundação do programa, em 1993, foi inegável a crescente demanda na área. Toda gama de pesquisas e de trabalhos vinculados ao campo ambiental estava em ampla ascensão no cenário mundial.

As preocupações ambientais, que já eram destaque desde a década de 60, tornaram-se mais visíveis na década de 80, quando começaram a configurar um espaço próprio para a prática educativa. Desse modo, a Educação Ambiental tem sua ascensão baseada em movimentos sociais e políticos. É nessa época, mesmo que de forma dispersa, que alguns educadores passam a se chamar educadores ambientais.

Ainda nos anos 80, o debate ambiental e a temática ecológica provocaram resistência da parte dos movimentos sindicais, os quais viam a preocupação ambiental como exógena, de classe média (CARVALHO, 2002, p. 147).

Somente a partir da década de 90 os movimentos sindicais e populares tornam-se mais abertos à questão ambiental, incorporando essa dimensão como um de seus interesses específicos. Nesse contexto em que as preocupações ambientais eram entrelaçadas com a educação através dos movimentos populares e políticos, fazia-se indispensável o aumento de estudos relacionados aos assuntos ambientais globais.

O debate ecológico nesse período articula-se sob uma atmosfera cultural de valorização das questões ambientais, que é potencializado pela realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a qual será mais discutida no próximo tópico desta pesquisa.

Nesse sentido, fica claro que a necessidade da criação de um grupo que abordasse questões pertinentes à Educação Ambiental na ANPED já era evidente desde o início dos anos 90, quando crescia a alteração relacionada ao aumento acelerado das problemáticas socioambientais. Na visão de Carvalho (2002), “a questão ambiental nos anos 90 está atravessada pelas transformações sociais e políticas que compõem a conjuntura histórica desse período” (CARVALHO, 2002, p. 146).

Na reunião da ANPED, no ano de 2002, foi organizado um documento que revelava a crescente produção científica no campo, o que explicava a criação de um grupo de estudo em Educação Ambiental. A esse GE foi atribuído o número 22 (GE22), e sua coordenação era de responsabilidade do pesquisador Marcos Reigota. Em 2004, o GE22 confirmou-se como GT22 Educação Ambiental, tendo como primeira coordenadora a pesquisadora Isabel Cristina Moura Carvalho⁷.

A consolidação do GT22 como um grupo que se propõe a discutir as temáticas ambientais robustece a demanda de temas interligados à EA. Outro ponto que fortalece a discussão é a relação com a educação, já que ambos os campos mantêm afinidades. Seguindo nessa ideia, Loureiro (2009) diz que:

Tratamos a educação ambiental definida no Brasil a partir de uma matriz que vê a educação como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade. Diálogo entendido em sentido original de troca e reciprocidade, oriundo do prefixo grego dia, tornando-se a base da educação. Numa perspectiva transformadora e popular de Educação Ambiental, nos educamos dialogando com nós mesmos, com aquele que identificamos como sendo nossa comunidade, com a humanidade, com os outros seres vivos, com os ventos, as marés, os rios, enfim, o mundo, transformando o conjunto das relações pelas quais nos definimos como ser social e planetário. (LOUREIRO, 2009, p. 23)

⁷ Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983), especialização em psicanálise pela Universidade Santa Úrsula RJ (1990), mestrado em Psicologia da Educação pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1989) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001). Realizou seus estudos de pós-doutorado em antropologia na Universidade de San Diego, Califórnia (UCSD). Nos anos 90 atuou como pesquisadora no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE (RJ). Atualmente é professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação e da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do RS. (Retirado de: www.cnpq.br - acesso em 16/06/12)

Hoje, o GT22 da ANPED é considerado muito respeitável, pois abriga em seu elenco vários pesquisadores do campo ambiental. Por ser um grupo especificamente da Educação Ambiental, mostra-se sempre atualizado, trazendo discussões novas para as pesquisas brasileiras.

Em todos os anos de atividade, o GT de Educação Ambiental concretizou-se junto à ANPED compartilhando da agenda nacional da associação, cultivando relações bem sucedidas com os outros GTs e GEs. E, dessa forma, mantém as atividades de discussões de pesquisas aprovadas pelo comitê científico, participando das sessões especiais, bem como da promoção de minicursos na área ambiental.

Outro ponto a ser destacado é a importância das reuniões da ANPED para o fomento das pesquisas, tanto no cenário brasileiro quanto no mundial. Esse empenho do grupo tem garantido um espaço de respeito e reconhecimento. O GT da EA, além de ter participação na promoção de políticas públicas da área, também destaca-se como interlocutor da associação e de outros setores da sociedade brasileira.

No começo da década de 2000, a Educação Ambiental continuou crescente não só no cenário educacional, mas também no político. As pesquisas e discussões tornaram-se reforçadas com a inauguração do GT22. Congressos e conferências dão aporte para alterações sobre as problemáticas ambientais. Contudo, os impactos ambientais ainda são grandiosos; as leis, os programas e as conferências parecem não ter sido suficientes para suprir as demandas relacionadas às problemáticas socioambientais. A Educação Ambiental é normalmente vista como foco de entraves políticos e sociais.

O Grupo de Trabalho Educação Ambiental (GT-22 – ANPED), aliado a outros movimentos e grupos que vêm promovendo o debate sobre a pesquisa em EA, além de se juntar aos compromissos históricos de ANPED, tem, por sua vez, compromissos em reforçar, junto à comunidade de pesquisadores em educação do Brasil, alguns princípios e práticas gerados no seio do movimento ambientalista, que podem significar ganhos em termos de qualidade epistêmica e política para a pesquisa em educação (CARVALHO, *et. al.*, 2012, p. 24).

No final do século XX, a Educação Ambiental deu um salto qualitativo, passando do conservacionismo extremo a uma compreensão mais ampla de ambiente e de natureza. O aparecimento do termo “socioambiental” denota essa mudança de perspectiva no Brasil e na América Latina (SATO e SANTOS, 2003, p. 254).

Na década de 2000 a produção de livros relacionados à EA torna-se cada vez maior, o que reafirma a trajetória da Educação Ambiental como uma prática em ascensão nos últimos anos. Tal constatação fortalece a necessidade da criação de um grupo de trabalho que discutisse as problemáticas ambientais da atualidade.

De acordo com alguns estudiosos, os pesquisadores em EA em nosso país têm-se dedicado a analisar a produção das pesquisas em educação ambiental no Brasil. Surge uma unânime constatação ao apontar a “explosão vertiginosa” em relação ao número de dissertações e de teses relacionadas a essa temática, produzidas no território nacional nos últimos 10 anos.

A partir dessa grande produção científica e da edição de vários livros correlatos, a formação de especialistas em EA constituiu um campo social específico, dentro do qual se legitima a Educação Ambiental. O campo ambiental organiza-se de um modo próprio, interdisciplinar, tendo como características as diferentes formas de ver/entender o meio ambiente. Essa transformação de um conhecimento difuso em conhecimento específico valida a consistência do campo ambiental.

Essa explosão de trabalhos no campo ambiental denota um forte processo de transformação social e de emancipação dos indivíduos. É necessário problematizar as relações sociais e as formas como a Educação Ambiental está inserida na sociedade. Para entender de modo mais claro a criação de um grupo de estudos ligados à área ambiental, é pertinente evidenciar como se deu o processo de institucionalização da EA no Brasil.

3.1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO NACIONAL

A necessidade de problematização para novas práticas ambientais que tivessem como objetivo prioritário amenizar os efeitos acarretados pelo modo de desenvolvimento mundial tornou-se foco de inquietações no panorama brasileiro. Manifestava-se a necessidade de políticas públicas e de leis que tivessem como princípios a proteção ambiental. Além disso, algumas pesquisas relacionadas ao campo ambiental mostravam a necessidade de atitudes que amenizassem os conflitos socioambientais.

Os impactos ambientais e sociais são fortemente notados e discutidos. De grandes desmatamentos a crescente desigualdade social, muitos problemas tornaram-se recorrentes. Contextos como esses recebem enfoque em convenções e em debates internacionais.

De acordo com Loureiro (2012), “o novo estava na incorporação do ambiente enquanto categoria estratégica e central para se discutir os estilos de vida e a estrutura social em um planeta pela primeira vez visto como limitado”.

A restrição do planeta era evidente. A crescente crise civilizatória apresentava dados que reforçavam a premência para a criação de leis que estipulassem regras ambientais, as quais se dispusessem a rever a trajetória destrutiva da Terra, e, a partir de então, designar novas atitudes de intervir na relação homem/natureza/sociedade.

Com base nessas emergências, a Educação Ambiental teve ascensão nas últimas décadas no cenário brasileiro. Então, em meados dos anos 80, há uma intensificação do processo de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil.

Em 31 de agosto de 1981, é sancionada a lei federal (6938/81) que inclui a EA em todos os níveis de ensino. O artigo 2º da lei diz que *a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana*. Tal lei prevê o planejamento e a fiscalização do uso dos recursos ambientais, o acompanhamento do estado da qualidade ambiental, a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Três anos após a criação da lei, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA⁸) expõe um documento constituindo diretrizes para a Educação Ambiental no Brasil. Com base neste documento, o MEC avigora a necessidade da EA em todas as áreas do conhecimento, tanto no ensino fundamental quanto no médio. Dessa forma, a escola mostra-se como forte contribuinte no sentido de formação de uma nova visão ecológica.

A Constituição da República, de 1988, destinou o capítulo VI ao Meio Ambiente (artigo 225, inciso VI) deliberando “... *ao Poder Público, promover a Educação*

⁸ O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90.

Ambiental em todos os níveis de ensino...”. São alguns princípios fundamentais da lei ambiental: a conservação da natureza - o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral; diversidade biológica - a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas; recurso ambiental - a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora; preservação - conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais; proteção integral - manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.

Ao final da década de 80, no Ministério do Meio Ambiente, é inaugurado o Fundo Nacional de Meio Ambiente sob a lei 7797/89 em 10 de julho de 1989. Este fundo tem o papel de difundir projetos que retratem questões ambientais relacionados à Educação Ambiental no Brasil. O artigo 1º do FNMA diz que: *Fica instituído o Fundo Nacional de Meio Ambiente, com o objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.*

Já nos anos 90, ocorreram importantes eventos em nível nacional, como por exemplo, a CNUMAD (RIO-92) e a I Conferência Nacional de EA. A CNUMAD foi a conferência mais importante sobre meio ambiente da história. Vários chefes de estado e de governos reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra. A ‘RIO-92’ consolidou uma agenda global para o meio ambiente, a partir das discussões sobre desenvolvimento sustentável, que tiveram início na Conferência de Estocolmo (1972). Na visão de Carvalho (2002)

Essa conferência produziu uma grande difusão da problemática ambiental, representando um divisor de águas para o posicionamento da sociedade civil ante as questões relativas ao meio ambiente. Esse processo foi fundamental para a ampliação do campo de diálogo entre os movimentos ecológicos e o conjunto das lutas sociais. (CARVALHO, 2002, p. 149)

Ainda na CNUMAD, foi elaborado um dos documentos base das redes de Educação Ambiental no Brasil, denominado “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global foi um documento organizado por educadores ambientais, jovens e pessoas ligadas ao meio ambiente pertencentes a vários países do mundo. O tratado que foi publicado durante a 1ª Jornada de Educação Ambiental tornou-se referência para a Educação Ambiental no cenário brasileiro. Tornou-se também a Carta de Princípios da Rede Brasileira de Educação Ambiental e subsidia também o Programa Nacional de Educação Ambiental.

Tal documento contou com a participação de educadoras e educadores, jovens, adultos de várias regiões do mundo e foi inicialmente publicado em cinco idiomas. Foram estabelecidos 16 parágrafos onde se alegava que a educação é um direito de todos e deve ter como base um princípio crítico e inovador, deve ser neutra, possuir uma visão holística, tratando de questões globais sem desmerecer nenhum dos povos. Deve valorizar as formas de conhecimento, planejar e capacitar as pessoas para a Educação Ambiental, cooperar o diálogo entre indivíduos e instituições.

Como plano de ação, o Tratado estabeleceu 22 parágrafos, e entre suas principais diretrizes de ação estão destacados: o incentivo à produção de conhecimento e a instituições que tenham compromisso com a sustentabilidade; cooperar com ONGs e governos, assim como mobilizar organizações e movimentos sociais na melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global considera *que a Educação Ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida.*

Em 1991, é estreada a institucionalização da Educação Ambiental no MEC, estabelecendo que a Educação Ambiental carece de permear os currículos dos diferentes

níveis de ensino. A Política Nacional de Educação Ambiental, a coordenação geral de EA do Ministério da Educação e a diretoria de EA no Ministério do Meio Ambiente atuam junto aos sistemas de ensino e às instituições de ensino superior, apoiando ações e projetos de Educação Ambiental que fortaleçam a Política Nacional de Educação Ambiental e o Programa Nacional de Educação Ambiental, em sintonia com os princípios e diretrizes do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, da Carta da Terra, da Carta das Responsabilidades Humanas e da Agenda 21.

O PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) foi criado em 1994, com a participação de vários órgãos importantes, como por exemplo, IBAMA, MMA, MEC, MCT e MINC.

São alguns objetivos⁹ do PRONEA: *promover processos de educação ambiental voltados para valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis; promover a educação ambiental integrada aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, bem como àqueles voltados à prevenção de riscos e danos ambientais e tecnológicos; estimular e apoiar pesquisas, nas diversas áreas científicas, que auxiliem o desenvolvimento de processos produtivos e soluções tecnológicas apropriadas e brandas, fomentando a integração entre educação ambiental, ciência e tecnologia.*

Ainda na década de 90, mais precisamente no ano de 1994, é divulgado o projeto intitulado Agenda 21, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A Agenda 21 tem como premissa a ação em busca do desenvolvimento sustentável, articulado com o desenvolvimento das sociedades, com maior justiça social e proteção ambiental. A Agenda 21 é um instrumento de planejamento de políticas públicas que engloba a sociedade civil bem como o governo em um processo amplo e participativo sobre as problemáticas socioambientais e econômicas, tanto locais quanto globais; além de debater soluções para os problemas através da assimilação e implementação de ações que tenham como premissa o desenvolvimento da sustentabilidade.

Já no ano de 1997 foram estreados os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), que apresentam como questão transversal a Educação Ambiental. A EA

⁹ Retirado de Programa Nacional de Educação Ambiental.

deve ser trabalhada enfatizando aspectos sociais, econômicos, políticos e ecológicos, possibilitando uma visão mais integradora e uma compreensão das questões socioambientais em sua totalidade.

No ano de 2001, foi lançado pelo MEC, o Programa Parâmetros em Ação, o qual tem como objetivo a formação continuada de professores, de forma a facilitar a leitura, a análise, a discussão e a implementação dos Parâmetros e dos Referenciais Curriculares Nacionais. Tal parâmetro é dirigido a professores, diretores, orientadores, supervisores e equipes técnicas das secretarias de educação estaduais, municipais e do Distrito Federal. Além disso, o programa apoia os sistemas de ensino, orientando-os na formulação e no desenvolvimento de projetos educativos e de formação do exercício profissional de professores, formadores, coordenadores, técnicos e especialistas.

Após consulta popular, no ano de 2004, o ProNEA incorporou, como uma de suas diretrizes, a sustentabilidade socioambiental, que trazia como eixo as diferentes dimensões da sustentabilidade. Atualmente, o projeto do novo Plano Nacional de Educação (2011-2020) prevê a “promoção da sustentabilidade socioambiental”¹⁰.

Vinte anos após a RIO-92, no ano de 2012, ocorreu a RIO+20, umas das maiores conferências convocadas pelas Nações Unidas. A RIO+20 teve como foco a implementação de uma nova era para que o desenvolvimento sustentável seja promovido a partir da integração e da promoção da prosperidade, do bem-estar e da proteção ambiental. A conferência teve a oportunidade de mostrar para o mundo discussões relacionadas à sustentabilidade planetária, com o intuito de criar ideias e soluções para as problemáticas ambientais.

Vários compromissos foram assumidos na RIO+20. Inúmeras ações foram arquitetadas com a ideia de proporcionar resultados que respondam às necessidades específicas, como energia sustentável e transporte. Os compromissos assumidos com o desenvolvimento sustentável na Rio+20 tiveram como meta promover um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para o nosso planeta e para as gerações do presente e do futuro.

No documento final, foram elaborados diversos pontos que seguem a premissa de erradicação da pobreza e de um novo contexto para o desenvolvimento sustentável. Pela primeira vez, os países elaboraram discussões sobre o que está e o que não está intrincado no desenvolvimento de uma economia verde. Lidar globalmente com a

¹⁰ Retirado de Educação para a sustentabilidade: uma proposta de ambientalização curricular nos cursos de licenciatura e na formação para educação básica.

sustentabilidade foi outro foco de forte arguição. Os países participantes acordaram duas medidas que fortalecerão a arquitetura de apoio às ações internacionais de desenvolvimento sustentável: a inclusão de uma nova constituição que cuide da futura tomada de decisões globais e o fortalecimento da capacidade da ONU de monitorar, avaliar questões ambientais bem como de lidar com elas, foram tópicos relevantes.

A produção e o consumo sustentáveis, os cuidados com os recursos naturais, a medição do crescimento sustentável, a sustentabilidade empresarial e as ações tecnológicas foram amplamente discutidos na Rio+20, buscando-se novas maneiras de o homem se relacionar com a sociedade/natureza.

Entretanto, o documento base aprovado na Rio+20 - *The Future We Want* – (O Futuro que queremos) – deixa muito a desejar e frustra a expectativa de um incontável número de pessoas, não explicitando ou definindo um centro de articulação entre os países signatários para uma real tomada de decisões e a efetivação de ações voltadas à erradicação da pobreza e à prevenção/enfrentamento de riscos ambientais.

Muitos foram os que não compactuaram com o documento, denunciando graves omissões relativas à preservação e à recuperação socioambiental do planeta. A equatoriana Yolanda Kakabadse, diretora internacional do WWF (World Wildlife Fund), uma das ONGs mais reconhecidas no mundo por seu trabalho em prol da preservação do planeta e cuja missão reside em "travar a degradação do ambiente natural do planeta e construir um futuro no qual os seres humanos vivam em harmonia com a natureza", criticou duramente o modelo de negociação da ONU. Denunciou que a conferência desperdiçou US\$ 150 milhões num acordo que não contemplou os seus objetivos.

Não obstante, não há como ignorar a oportunidade histórica que tivemos. Um debruçar sobre o foco dos debates e manifestações que ocorreram na Rio + 20, tanto nas reuniões oficiais realizadas no Riocentro quanto nos seminários e em outros eventos paralelos, é importante para a reflexão e para a adoção de modelos de desenvolvimento baseados no tripé da Conferência: as questões sociais, econômicas e ambientais.

É preciso ressaltar que a RIO+20 não foi sobre questões interligadas ao meio ambiente, mas sobre desenvolvimento sustentável, e nada se discutiu ou avançou em termos de Educação Ambiental. A única novidade da Conferência foi o lançamento, pelo governo brasileiro, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Durante a RIO+20, ocorreu a homologação – pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) – das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), o qual contém as diretrizes curriculares nacionais da EA para todas as instituições de ensino do país. A inclusão de princípios de Educação Ambiental nos currículos escolares, tanto nos níveis fundamentais como no médio, é exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Segundo a DCNEA, os currículos do ensino fundamental e médio devem abarcar os princípios da Educação Ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios. A abordagem curricular do tema deve ser integrada e transversal, além de ser interdisciplinar, ou seja, o tema deve permear todos os conteúdos escolares, mas não deve ser tido como uma disciplina.

O parecer do CNE também ressalta o dever das diretrizes de contribuir para a Política Nacional do Meio Ambiente e para a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental. Além disso, assegura que tal contexto deve estar presente nos currículos de formação inicial e continuada de todos os profissionais da educação.

Entre os objetivos da Educação ambiental, de acordo com as novas diretrizes, estão: *desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo; garantir a democratização e acesso às informações referentes à área socioambiental; estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica; incentivar a participação individual e coletiva na preservação do equilíbrio do meio ambiente; estimular a cooperação entre as diversas regiões do País, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável, e também fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos.*

Discutir Educação Ambiental e criar novas diretrizes que possam amenizar os impactos ambientais pode representar um passo importante para a melhora na qualidade de vida do planeta. Sendo assim, tais iniciativas são de grande valia para a manutenção do bem-estar da vida na Terra.

Para Loureiro

A Educação Ambiental não atua somente no plano das ideias e no de transmissão de informações, mas no da existência, em que o processo de conscientização se caracteriza pela ação com conhecimento, pela capacidade de fazermos opções, por se ter compromisso com o outro e com a vida. (LOUREIRO, 2009, p. 28)

Pensar em questões alusivas à EA é problematizar a própria transformação societária que está relacionada com o avanço das tecnologias, bem como com as crises socioambientais, econômicas e políticas. A Educação Ambiental é um processo de transformação social e de emancipação dos indivíduos, com vistas à conscientização da importância da relação eu/outro pela prática social.

O fato de sermos seres biológicos não esgota o ser humano enquanto ser social (LOUREIRO, 2009). O ser humano é complexo e construído historicamente pelas relações entre o biológico, o cultural, o econômico e o social. Somos seres com capacidade de transformar conscientemente o mundo e construir novos meios de vida. Para pensarmos em outra sociedade, não podemos ignorar tais aspectos.

Para que seja possível o desenvolvimento de uma Educação Ambiental para a sustentabilidade, é crucial partir de processos de aprendizagens permanentes embasados no respeito a todas as formas de vida. A confirmação de valores e ações sociais que contribuam para a transformação humana e ecológica é a base para a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas. Falar em Educação Ambiental é afirmar a contribuição da educação para o processo de construção de uma sociedade pautada por novos patamares civilizatórios distintos dos atuais, que tenham como finalidade a sustentabilidade da vida e a atuação de políticas conscientes (LOUREIRO, 2009). Essa integração, se realmente vivenciada, trará estabilização e sustentabilidade a todos os níveis sociais e ambientais.

4. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

A escolha da metodologia não está embasada em modelos pré-determinados ou em receitas prontas capazes de adequarem-se a qualquer tipo de pesquisa. Para Minayo (2011), “a metodologia é muito mais do que técnicas”. A metodologia de um trabalho abrange, além das concepções teóricas, a operacionalidade do conhecimento como também a criatividade do pesquisador. A formalidade das técnicas e metodologias utilizadas em qualquer pesquisa causa respostas estereotipadas, fechadas, muitas vezes inconclusas. O avanço dos trabalhos científicos dá-se através do rompimento de paradigmas, da análise do próprio autor, da capacidade de ver o novo, de “re-criar” conceitos.

A ideia de compreender como o conceito da sustentabilidade é entendido no campo da pesquisa torna visível a prática dos pesquisadores em Educação Ambiental. A análise metodológica não irá criar novos conceitos, mas revelar novos olhares para o conceito de sustentabilidade, que, por estar desgastado, pode tornar-se invisível e passar despercebido nas pesquisas relacionadas à EA.

A pesquisa de cunho qualitativo tem como objetivo aprofundar compreensões sobre os fenômenos de estudo a partir de análises densas e criteriosas. Para Minayo (2006), “a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Esse nível de realidade não é visível, precisa ser exposto e interpretado, em primeira instância pelos próprios pesquisadores”.

Para compreender as visões dos pesquisadores sobre o que pensam sobre sustentabilidade, houve a necessidade de escolher um método que possibilitasse uma imersão nos dados e a análise deles por meio de entrevistas. A seleção do método foi bastante pensada e cuidadosa, pois tal ferramenta precisaria responder à questão central da pesquisa e, dessa forma, chegar ao objetivo do trabalho. Assim, optamos pela análise textual discursiva (ATD), a qual consiste na produção de novas compreensões sobre os fenômenos e discursos. (MORAES e GALIAZZI, 2007).

A ATD serviu como ferramenta de análise para as entrevistas semiestruturadas aplicadas junto aos pesquisadores em Educação Ambiental, participantes da 34ª ANPED. A entrevista adapta-se como ferramenta de observação e de compreensão de como os educadores ambientais dimensionam o paradigma da sustentabilidade.

Assim, foram seguidos os procedimentos habituais a uma pesquisa, quando se utiliza a ATD: desmontar o texto após a leitura inicial das narrativas; fragmentar e codificar as unidades – o que chamamos de unitarização; separar as unidades de significado do seu texto original criando subcategorias; examinar os dados das subcategorias tentando verificar se estão classificadas corretamente – categorização; construir argumentos em um processo de descrição, interpretação e argumentação, produção de metatextos a partir do conjunto de textos.

Por todo esse procedimento de imersão é que a ATD torna-se um desafio como metodologia. É um processo evolutivo de análise, que permite ao pesquisador um aprofundamento nos dados e uma grande intimidade com a pesquisa. A escrita e a reescrita mostram-se produtivas na medida em que é superada a compreensão do processo de escrever como apenas comunicar, para concebê-la como forma de aprender sobre os fenômenos investigados (MORAES, 2009).

As transcrições das entrevistas, as quais foram gravadas em um equipamento portátil, foram o ponto inicial do processo de análise. Na concepção de Minayo (2011):

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo [...] ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

O uso de entrevistas semiestruturadas possibilita uma melhor interação entre entrevistador/entrevistado, devido a não se prender a um protocolo fechado, consentindo a dinâmica de questionamento. Além disso, uma entrevista, como forma privilegiada de interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade (MINAYO, 2011).

A entrevista foi o instrumento adequado para a produção de dados analisados por meio da análise textual discursiva – ATD. A ATD é um processo de desconstrução, seguido de reconstrução de um conjunto de materiais linguísticos e discursivos, que produz novos entendimentos sobre os fenômenos e discursos investigados (MORAES E GALIAZZI, 2007). A ATD está centrada nas seguintes etapas de análise: identificação de trechos do texto/material que se mostram relacionados com a temática da pesquisa; isolamento de tais fragmentos e, então, montagem de categorias de análise para cada

trecho que foi isolado, fazendo surgir títulos para cada categoria emergente. A seguir, formam-se três (ou mais) grandes títulos que moldarão a análise da pesquisa. Em cada grande título, serão estabelecidos textos descritivos/interpretativos, baseados em todo o processo de análise descrito anteriormente.

A primeira fase de análise tem início com a composição dos dados de pesquisa a partir do texto elegido, que serviu de base para a utilização da ATD. Para Moraes (2005) “[...] os textos são veículos de comunicação de elementos linguísticos, marcados pela subjetividade e modos de interpretação e compreensão de todos os sujeitos envolvidos em sua produção [...]”. O *corpus* de análise da pesquisa é constituído pelas transcrições das entrevistas semiestruturadas realizadas com os pesquisadores da área ambiental, participantes de 34ª Reunião Anual da ANPED.

Além disso, os entrevistados deveriam estar inseridos no campo de pesquisa do Brasil e manter um intenso contato com os desdobramentos da Educação Ambiental, além de conhecer a temática da sustentabilidade e desenvolver pesquisas que se relacionassem com ela. Isso porque entendemos que o GT22 da ANPED reúne pesquisadores experientes e renomados no campo ambiental. Foi sob essa perspectiva, que envolve os princípios da Educação Ambiental, as problemáticas relacionadas à temática da sustentabilidade e as pesquisas educacionais brasileiras, que tais educadores ambientais foram convidados na qualidade de colaboradores na pesquisa.

As entrevistas foram realizadas na 34ª Reunião Anual da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), no período de 02 a 05 de Outubro de 2011. Foi feito um contato inicial com os pretendidos colaboradores a fim de contextualizar o assunto e expor a importância da colaboração de cada um. Os pesquisadores entrevistados foram: Fátima Marcomin, João Albuquerque, Luiz Marcelo de Carvalho, Martha Tristão, Mauro Guimarães e Michèle Sato. Cada participante foi selecionado durante a reunião da ANPED, de acordo com a possibilidade de ceder alguns minutos para responder à entrevista. Cabe salientar que a simpática recepção e a disponibilidade de cada um dos entrevistados foram de grande incentivo para a continuação de meu trabalho como pesquisadora. Entrevistar grandes nomes da Educação Ambiental Brasileira parece complicado, entretanto, muito ao contrário do que eu supunha, todos se mostraram disponíveis para a conversa bem como para um contato pós-entrevista.

A dinâmica de conversação e de gravação dos dados deu-se em meio às atividades da ANPED, entre um intervalo e outro. Assim, houve a necessidade de ser

uma entrevista de curta duração, pois os pesquisadores tinham compromissos a todo o momento, ainda que se tenham mostrado abertos à discussão.

Nesse contexto, foi aplicada a entrevista com o intuito de permitir que os participantes falassem sobre os conceitos – particulares – relativos ao termo sustentabilidade. A ideia era a de que a entrevista se tornasse uma conversa informal, possibilitando o diálogo aberto entre entrevistador e entrevistado.

A proposta de trabalhar com entrevistas mostrou-se de grande importância para que se pudessem ouvir dos pesquisadores seus conceitos sobre o termo sustentabilidade, suas variantes no contexto socioambiental, as relações do termo com a crise ambiental da atualidade e de que maneira tal temática é desenvolvida nas pesquisas acadêmicas.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e enviadas para cada colaborador (através de e-mails), a fim de que a autorização para a divulgação dos dados expostos fosse confirmada.

O próximo passo da metodologia seguiu-se com a desmontagem do *corpus* de pesquisa por meio da fragmentação dos textos em unidades menores. Essa desconstrução gera certa desordem, definida por Moraes e Galiazzi (2007) como “caldeirão de ideias”. Tal desorganização organizada provoca a emersão do que é chamado de unidades de significado. Tais unidades podem ser formadas por palavras, frases, parágrafos ou até um trecho maior do texto a ser analisado. O processo de desmontagem e remontagem do texto que compõe as unidades de significado permite a compreensão do documento como um todo, possibilitando a inclusão de novos significados, de novas compreensões. Sendo assim

Qualquer análise divide um todo em partes para, a partir daí, construir uma melhor compreensão do todo. Assim, a “unitarização” implica a fragmentação de um texto e nisso está sempre implícita perda de parte da informação existente. Por essa razão, mesmo que se submeta um texto a divisões no processo de análise, é necessário nunca perder de vista o todo (MORAES, 2005 pág. 89).

A partir da desconstrução textual, dá-se o surgimento das unidades de significado. A fim de facilitar o processo, criam-se códigos - números, letras, cores - para entender de onde emergiu cada unidade (no caso desta pesquisa, o código escolhido é EA ‘educador ambiental’, seguido de numeração). O processo de montagem

das unidades é lento, mas, ao fim, permite uma nova reconstrução do material e, assim, auxilia numa compreensão mais elaborada do *corpus* de pesquisa.

Da amarração de unidades de significados surgem as primeiras categorias. A esse processo dá-se o nome de categorização. Nessa etapa, ocorre a aproximação das unidades semelhantes. Segundo Moraes (2005), “as categorias são constructos linguísticos e como tal tendem a não ter limites precisos”. Por tal motivo é que há necessidade de efetivar uma descrição estritamente cuidadosa do material analisado.

O processo de categorização apresenta vários níveis, quais sejam: categorias iniciais, categorias intermediárias e categorias finais. A cada nível avançado, as categorias tornam-se mais amplas, ou seja, englobam mais elementos. Dessa forma, as categorias finais conglomeram os dados mais marcantes do texto. Para Moraes (2005), categorias podem ser concebidas como aspectos ou dimensões importantes de um fenômeno que o pesquisador decide destacar. São opções e construções do pesquisador, valorizando determinados aspectos em detrimento de outros.

A categorização das unidades de significado nada mais é do que a auto-organização do material analisado. O processo de ordem e desordem, por mais que pareça desconsertado, leva a direcionamentos textuais por meio de movimentos que induzem à compreensão do *corpus* de pesquisa. É com base nesse processo que se constrói a estrutura de compreensão e de explicação dos fenômenos investigados.

O terceiro grande passo do procedimento é o surgimento do que chamamos de metatextos. O metatexto é o produto final da ATD. Nessa fase, apresentam-se as descrições e as interpretações com a finalidade de expressar uma nova compreensão do fenômeno investigado. O processo realizado anteriormente – construção de unidades de significado – e o processo de categorização geram uma superestrutura que servirá de base para a construção dos metatextos.

A legitimidade de um metatexto poderá ser arquitetada a partir da inclusão de falas e de citações de fragmentos dos textos analisados durante o momento descritivo da análise, ao que se denomina interlocução empírica. Já na parte interpretativa dos metatextos, cabem as interlocuções teóricas, que são os diálogos com teóricos que tratam do mesmo tema ou fenômeno de pesquisa. O diálogo com a teoria permite um aprofundamento e o reconhecimento dos dados expostos. Já na parte descritiva, surgem enunciados de falas e de citações do material analisado, trazendo para o metatexto a inserção dos sujeitos e dos autores dos textos analisados. Para Moraes (2005), “a inserção de interlocutores empíricos nos textos resultantes das análises é especialmente

importante no momento descritivo”. Entenda-se como uma forma de ministrar validade para a construção dos metatextos.

O processo de análise textual demanda grande empenho sem jamais tornar-se absolutamente concluído. Portanto, não necessariamente deve brotar algo novo ao fim do processo de análise, mas sim uma reconstrução do próprio pesquisador enquanto ser integrante do processo, na concepção dos textos. Contudo, o que desperta dessa experiência é a capacidade de reconstrução de sentidos e de significados, almejando novos olhares e talvez a transformação da realidade.

4.1. Descrevendo o processo

Utilizando-me da metáfora de Moraes (2005), digo que o “mergulho discursivo” é uma necessidade do pesquisador nesse processo, já que é um movimento que envolve, simultaneamente, aprendizagens e comunicação. Tal metodologia impregna, de forma intensa, o agente envolvido na análise, diga-se, o pesquisador.

Sendo assim, o objetivo principal dessa investigação é entender como os pesquisadores em educação ambiental, que estavam presentes na 34ª Reunião da ANPED, conceituam e entendem a temática da sustentabilidade, assim como investigar de que forma estes mesmos pesquisadores se utilizam de tal temática em suas pesquisas ou em seus grupos de estudos.

Após o processo de transcrição e da leitura criteriosa do material, comecei a estipular as primeiras unidades de significado. Surgiram setenta unidades de significado que deram origem a 65 categorias iniciais, 21 categorias intermediárias e 3 categorias finais, as quais, por sua vez, deram origem aos metatextos.

O que anteriormente era identificado como unidades de significado, no texto, transformou-se, a partir do processo de categorização dos dados, em categorias iniciais. Pela aproximação dessas categorias, foram construídas as categorias intermediárias e, a partir delas, as categorias finais. O produto gerado nesse último processo de categorização originou os títulos que serão agregados aos metatextos já na última etapa da análise. Da análise textual, portanto, surgem os metatextos que, por sua vez, apresentam de forma organizada as interpretações mais relevantes a partir do conjunto de textos que foram submetidos à análise.

A seguir, exemplifico de que maneira está disposta a organização do processo de ATD. Os quadros abaixo mostram, respectivamente, as primeiras unidades de

significado, as categorias iniciais e as categorias intermediárias. O código 'EA' foi utilizado para todas as entrevistas. Logo, o que diferencia um sujeito de outro é a numeração que segue o código. A numeração que aparece seguindo o código EA em cada tabela mostra o avanço do processo e a organização de cada etapa, sendo os números utilizados para a formação das categorias intermediárias que, na sequência, serão formadoras das categorias finais.

Aquilo que anteriormente era identificado como unidades de significado (quadro 1), agora será a intitulação de tais unidades (quadro 2).

A sustentabilidade é a coisa mais difícil de se definir, porque cada qual lança o seu próprio olhar de acordo com as experiências, as vivências, aprendizagens de cada qual. Então, você vê desde ambientalistas, ditos radicais - como *Greenpeace* - que fazem intervenções e ativismos políticos bem arraigados. Você vê professores universitários, estudantes de universidades, governador, ONG. Você vê ruralista falando em sustentabilidade. Grandes produtores que trazem bastantes malefícios, como agrotóxicos, por exemplo, estão falando em sustentabilidade. É um conceito que precisa ser revisto à luz de cada área, de cada segmento daquilo que cada um entende que seja sustentabilidade.

Quadro 1

EA5.1. Difícil definição

A sustentabilidade é a coisa mais difícil de se definir, porque cada qual lança o seu próprio olhar de acordo com as experiências, as vivências, as aprendizagens individuais.

EA5.2. Discurso globalizado

Então você vê desde ambientalistas, ditos radicais – como o *Greenpeace* - que fazem intervenções e ativismos políticos bem arraigados; você vê professores universitários, estudantes de universidades, governadores, ONGs; você vê ruralistas falando em sustentabilidade, grandes produtores que trazem bastantes malefícios - como agrotóxicos, por exemplo - estão falando em sustentabilidade.

EA5.3. Polissemia do termo

Então é um conceito que precisa ser revisto à luz de cada área, de cada segmento daquilo que cada um entende que seja sustentabilidade.

Quadro 2

O número ao lado do código EA – Educador(a) ambiental refere-se ao autor (neste caso a autora é Michèle Sato), e o segundo número que acompanha a numeração principal refere-se ao processo de unitarização desse autor. Para a realização das análises, foi definida a seguinte classificação para as entrevistas (quadro 3):

Códigos
EA1: Fátima Marcomin
EA2: João Albuquerque
EA3: Martha Tristão
EA4: Mauro Guimarães
EA5: Michèle Sato
EA6: Luiz Marcelo de Carvalho

Quadro 3

Ao término do processo de unitarização do material discursivo de cada autor, com seu respectivo título, a próxima etapa foi categorizar as ideias de todos os autores; ou seja, realizar aproximações nas falas dos entrevistados para a criação das categorias finais, confrontando pontos convergentes (quadro 4) ou divergentes das entrevistas.

1. Polissemia do termo
EA4.1.a É uma discussão bem atual, complexa, porque é um conceito ainda muito polissêmico.
EA6.4.a Ela está muito clara nas tentativas de grupos muito diferentes se apropriarem do termo, então você tem grupos com perspectivas políticas e ideológicas de um extremo de qualquer categorização que você queira colocar e grupos exatamente em um outro lado completamente oposto, mas fazendo o uso, se apropriando não com a mesma intenção, mas com intenções diferentes. Apropriando-se do mesmo termo. Então, isso já me evidencia formas e possibilidades muito grandes de compreender a questão da sustentabilidade.

Quadro 4

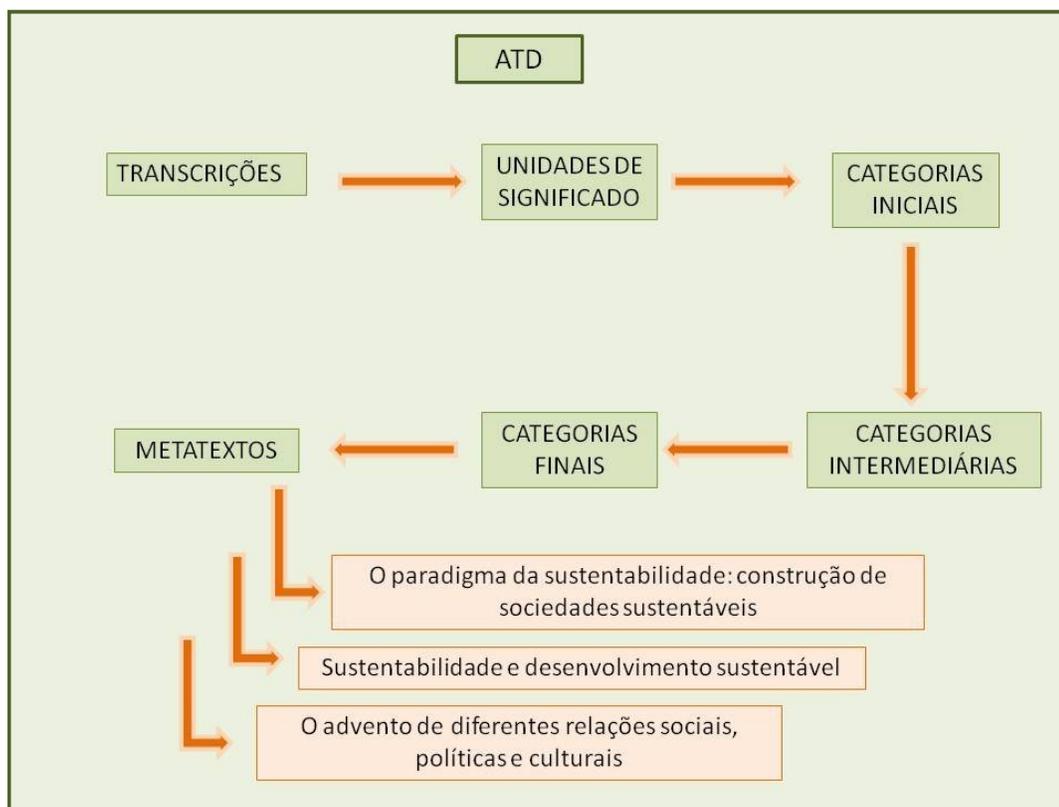
Ao completar todo o processo de unitarização e categorização, além das aproximações das falas dos pesquisadores entrevistados, emergiram as categorias finais. Neste caso, abrolharam três títulos (quadro 5) de acordo com as aproximações concretizadas ao longo do processo de ATD.

Categorias Finais
1) O paradigma da sustentabilidade: construção de sociedades sustentáveis
2) Sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável
3) O advento de diferentes relações sociais, políticas e culturais.

Quadro 5

As categorias finais nada mais são do que os títulos moldados para que os metatextos sejam organizados. Os metatextos são o produto final do processo de análise e trazem, em seu contexto, os argumentos dos pesquisadores bem como colaborações de outros teóricos que irão auxiliar no processo de análise. Nesse momento, estabelecem-se laços entre as descrições e as teorias que servem de base para a pesquisa. Dessa forma, interpretar é teorizar sobre o objeto de pesquisa; é tentar explicá-lo produzindo razões e argumentos de maneira ordenada, mostrando as novas compreensões atingidas dentro da pesquisa.

Resumindo, o processo de ATD ocorreu de acordo com as seguintes etapas (Quadro 6):



Quadro 6 – Etapas do processo de ATD

A cada etapa do processo, foram mantidas as falas dos pesquisadores; os processos de fragmentação foram fiéis às ideias de cada autor. Em hipótese alguma foram introduzidas frases ou palavras no contexto ou retiradas dele. No interior de cada processo, foi mantido o máximo de fidelidade ao discurso estabelecido pelos pesquisadores. Uma maior interferência se faz somente a partir dos argumentos, para que não se perca de vista a expressão original do discurso do autor, evitando, da mesma forma, interpretações equivocadas das falas analisadas inicialmente. Assim, há um intenso aprendizado no processo de produção textual, pois produzir um texto é mais do que um exercício de expor algo já dominado ou compreendido; é uma oportunidade de aprender. É um processo vivo, um movimento de aprendizagem aprofundada sobre os fenômenos investigados. Combina duas faces de um mesmo movimento: o aprender e o comunicar (MORAES E GALIAZZI, 2007, p. 37).

Ao fim da exposição sobre a metodologia usada na pesquisa, o caminho natural deste trabalho aponta para uma maior atenção ao processo de formação dos metatextos bem como para uma análise profunda de seus resultados. Logo, nos capítulos seguintes,

estão presentes os metatextos construídos ao final do processo de análise, os quais têm como propósito expor e interpretar os dados obtidos ao longo da análise textual.

5. O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE: CONSTRUÇÃO DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

“A cidadania planetária vem de dentro, do coração e da mente, da ligação profunda com a Mãe-Terra.”

Moacir Gadotti

Vivemos em uma época na qual as relações socioambientais são tidas como primordiais no enfrentamento à crise instaurada e no engendrar de práticas mais responsáveis e sustentáveis. A relação do homem com o meio ambiente fomenta discussões alusivas às problemáticas ambientais, que reciprocamente, abarcam aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. Diante de tal fato e com base na conjuntura política e econômica da atualidade, abrolha um dos temas mais discutidos mundialmente nas últimas décadas: o discurso sobre a sustentabilidade.

Tal discurso está embasado em desafios que exigem mudanças nas formas de viver. É necessário romper paradigmas, repensando o modelo predatório e consumista da natureza, para uma sustentabilidade fundamentada em princípios socioambientais.

Contudo, para pensar em novas maneiras de relações entre ser humano e natureza a partir de um modelo sustentável, deve-se, em primeira instância, desdobrar as múltiplas faces que a temática sobre a sustentabilidade propõe. Parafraseando Loureiro (2012), o conceito de sustentabilidade é instigante, complexo e desafiador, pois abre múltiplas possibilidades de desdobramento do termo, assim como possibilita um leque de relações, já que vem das Ciências Biológicas e enraíza-se na política e na economia, permitindo diferentes formas de emprego da nomenclatura.

Conceituar sustentabilidade torna-se complicado, já que consente a um conjunto de variáveis interdependentes. Pode-se afirmar que esse termo tem a competência de unificar questões de cunho ambiental, econômico e social, além de integrar outros inúmeros significados à palavra.

Relacionando com o nascimento do conceito, Loureiro afirma que:

A grande maioria da literatura sobre o tema afirma que o conceito, também oriundo das ciências biológicas, mais precisamente da tradição científica positivista, que influenciou marcadamente o pensamento científico nos séculos XIX e XX, significa crescimento e evolução naturais de um organismo. (LOUREIRO, 2011, p. 58).

Além disso, a etimologia da palavra sustentabilidade nasce da palavra “sustentável”, ou seja, sustentar, do latim *sustentare*, “evitar a queda, manter o equilíbrio, suster, apoiar, suportar”. Dessa maneira, a formação original da palavra repassa a ideia daquilo que pode ser suportado, aguentado, enriquecendo o conceito de que sustentabilidade possui inúmeras variantes quando se trata do seu emprego não só em discursos ambientalistas, como também em documentos governamentais.

O emprego do termo como polissêmico e heterogêneo aparentemente tem sua procedência desde a sua conceituação no campo biológico e de sua dispersão para o campo social e econômico. As possibilidades de interação que a palavra sustentabilidade admite tornam-na conivente com o fato de adequar-se nas distintas arenas do conhecimento.

A pesquisadora Fátima Marcomin afirma em sua entrevista que sustentabilidade parece algo inatingível, chegando a caracterizar tal conceito como “gasto”. Outrossim, segundo a entrevistada, ao mesmo tempo em que existe uma amplitude conceitual, parece que não há incorporação de um conceito único, fechado. Em outras palavras, para a pesquisadora, a questão da sustentabilidade apresenta-se como ambígua e com múltiplas possibilidades de entendimento. Ao encontro da afirmação de Fátima Marcomin, Loureiro (2012) diz que “só há sustentabilidade com dignidade de vida para todos, ou esta vira um discurso vazio visto que fundado na desigualdade e na destruição”. (LOUREIRO, 2012, p.48)

A amplitude conceitual que a temática carrega desde as suas raízes faz que o discurso da sustentabilidade seja reconhecido em distintos campos do conhecimento. Alocuções intermináveis sobre a crise ambiental da atualidade disseminam-se pelo mundo; basta tomar como exemplo a mídia mundial, que apresenta propagandas e relatos ambientalistas, os quais chegam a descrever prováveis soluções para as problemáticas ambientais sem, contudo, avaliar o devido contorno ecológico. Nessa lógica, Tristão (2010) relata que: “[...] a crise global, amplamente anunciada pela mídia, é a examinada a partir da dimensão econômica. Estão ausentes outras dimensões, inclusive a ecológica”. (TRISTÃO, 2010, p.161)

Na visão de Luiz Marcelo, outro pesquisador colaborador, a sustentabilidade está muito clara para alguns grupos de pesquisa, apesar de diferentes entre si. Para ele, existem grupos com perspectivas políticas e ideológicas num extremo, convivendo com grupos exatamente no lado oposto, ambos apropriando-se do mesmo termo com intenções diferentes. Logo, fica evidenciado que há formas e possibilidades muito

diferentes de compreender a questão da sustentabilidade. É preciso, assim, muita cautela ao ser explicitado um determinado conceito, o qual, na compreensão do teórico, configura-se, em muitos casos, como uma abordagem muito mais política do que epistemológica.

Em relação aos meios de comunicação social, pode-se observar o quanto se utilizam da crescente demanda dos problemas ambientais para anunciar campanhas educativas que têm como objetivo primordial o enfoque nas problemáticas socioambientais, associadas à necessidade de práticas voltadas à sustentabilidade. Isso se deve ao fato de que uma das maiores preocupações da atualidade diz respeito às grandes catástrofes que acometem o planeta. Ouvem-se não só discursos sobre economia verde, reciclagem do lixo, aquecimento global, redução do uso de sacolas plásticas, mas também sobre extinção em massa, fome, efeito estufa, dentre outros. Esses discursos afetam diretamente a população, que, muitas vezes, reage de forma vinculada a tais campanhas, sem ter a ciência do que está por trás do investimento publicitário supostamente de cunho ambiental. Convenientemente, boa parte da mídia contemporânea utiliza-se do contexto socioambiental para lucrar com os resultados oriundos de suas campanhas.

A difusão da temática da sustentabilidade em empresas, propagandas e campanhas televisivas tem sido utilizada como instrumento para amenizar os problemas ambientais. Arguir sobre sustentabilidade é ter um discurso ecologicamente correto. As empresas dizem-se sustentáveis para que a grande massa da população utilize-se de seus produtos/serviços, e, assim, o grande ciclo de consumo é alimentado sem ser notado.

A pesquisadora Michèle Sato discursa sobre a falta de posicionamento mais contundente dos ambientalistas com relação à temática da sustentabilidade. Segundo Michèle, todo mundo fala sobre sustentabilidade, desde o ensino fundamental até as universidades, os governos, as organizações não governamentais - ONG, os empresários, os ruralistas. O discurso da sustentabilidade foi sendo apropriado por várias esferas sociais e utilizado como ferramenta adequada para amenizar os conflitos impostos em torno da apropriação da natureza. Corroborando a opinião de Sato, Leff (2011) diz que “o discurso sobre a sustentabilidade não é homogêneo nem está livre do conflito de interesses”. (LEFF, 2011. p. 48)

A apropriação da palavra sustentabilidade abarca a ideia de que estamos nos apropriando do meio ambiente de maneira sustentável, ou seja, utilizar o termo exime a culpa de invasão da natureza em virtude do sistema de consumo. Mas será que somente

um discurso de “*ser sustentável*” e que proclame “*faço a minha parte*” é satisfatório? Na maioria das vezes parece suficiente, mas dessa forma caímos em uma falação vazia, sem embasamento. Utilizar-se dessas expressões não quer dizer que haja um engajamento com as práticas sustentáveis necessárias.

Martha Tristão parte do pressuposto de que a sustentabilidade é um paradigma; é uma racionalidade aberta para compreender a complexidade do mundo e para entender que tudo tem uma finitude na exploração e espoliação na natureza. Ao debruçar-me sobre a ideia de Tristão, faço articulações com o pensamento de Leff (2011) que argumenta sobre a construção de uma racionalidade ambiental a qual parta da desconstrução da racionalidade capitalista dominante em todas as ordens da vida social. Nesse sentido, Leff (2011) diz que “não só é necessário analisar as contradições e oposições entre ambas as racionalidades, mas também as estratégias para construir uma nova economia com bases de equidade e sustentabilidade”. (LEFF, 2011, p.144)

A temática da sustentabilidade, pois, dissemina-se por várias vertentes, tanto aquelas relacionadas à apropriação do termo como modo de isenção sobre a exploração da natureza, quanto o surgimento de novas maneiras de relações com o meio socioambiental. Fica claro que o discurso da sustentabilidade, visivelmente, contempla as esferas ambientais, políticas e econômicas, entre outras. Na visão de Marcomin e Silva (2010), a noção de sustentabilidade tem sido usada de forma generalizada e gera a falsa ideia de que há um consenso. Entretanto, o que menos existe quando se trata de sustentabilidade é consenso sobre a forma que a temática deve ser utilizada e definida.

Sendo assim, não se pode discorrer sobre um único conceito de “sustentabilidade”, mas sim de várias vertentes, ou seja, de múltiplas dimensões que se inter-relacionam através da ética, que é onde reside o ponto de maior relevância da sustentabilidade (RUSCHEINSKY, 2004).

As dimensões da palavra sustentabilidade remetem ao emprego do termo nas variadas situações ambientais e sociais, suscitando, muitas vezes, a banalização do significado do que verdadeiramente o termo signifique. Além disso, o “discurso sustentável” é ecologicamente correto e, então, sobrevém a falsa concepção de que há preocupações e soluções disponíveis, e que tal discurso prioriza, como meta, minimizar os efeitos ocasionados pelo descaso com o meio socioambiental.

A relação entre a crise global atual e os conceitos de sustentabilidade utilizados para amenizar os problemas ambientais instituem uma crise paradigmática, onde os conceitos sustentáveis servem de padrão em discursos vistos como remediáveis para que

se atenuem as problemáticas da crise civilizatória. “O termo sustentabilidade poderá ser uma alternativa válida, se sua semântica for reabilitada de uma perspectiva meramente economicista para outras mais amplas, como, por exemplo, a de ‘sociedades sustentáveis’ (Marcomin e Silva, 2010, p.178).

O paradigma da sustentabilidade dissolve-se em múltiplas esferas sociais, servindo de alicerce para minorar problemas ambientais ou para atenuar as problemáticas acendidas pela crise mundial.

O pesquisador Mauro Guimarães diz que o conceito de desenvolvimento sustentável traz a reboque ideia o pensamento hegemônico de desenvolvimentismo. Assim, pensar na temática da sustentabilidade como reforma de uma proposta de desenvolvimento sem causar uma transformação estrutural dessa proposta é pensá-la na perspectiva de um mesmo modo de produção, dentro de uma mesma lógica, que é a lógica do capital, do mercado.

João Albuquerque, outro participante da pesquisa, entende que sustentabilidade implica a possibilidade de um bem viver compartilhado dentro de um respeito a todos os seres e dimensões envolvidas nesse processo.

Fica claro, portanto, que as questões que envolvem discussões relacionadas à sustentabilidade abrangem inúmeros campos conceituais. Discorrer sobre o assunto pode parecer utópico. No entanto, essa mesma utopia é que permeia a insustentabilidade do sistema econômico vigente. Buscar formas e ações para a manutenção de uma sociedade mais sustentável, economicamente justa, igualitária e com a premissa de justiça social pode ser o caminho para a construção de práticas sustentáveis.

Ao fim e ao cabo, na opinião dos colaboradores desta pesquisa, deveríamos repensar os padrões atuais de desenvolvimento e, então, apostar na construção de sociedades sustentáveis. As premissas da construção dessas sociedades estão diretamente relacionadas aos aspectos sociais, culturais e ambientais da sociedade moderna. Tais discussões propõem-se a ser a maneira de configurar a civilização e a economia mundial, contribuindo para a preservação da biodiversidade e planejando a forma de atingir a “pró-eficiência” dos ideais das sociedades modernas.

Determinadas transformações aconselhadas nos últimos anos por estudiosos e ambientalistas são consideradas verdadeiras revoluções no modo de pensar e de agir do ser humano para que seja possível a “construção de sociedades sustentáveis”. Discorrer sobre sustentabilidade, nesse sentido, implica discursar sobre sociedades sustentáveis, ou melhor, em uma nova prática educacional para a construção de um inovador modelo

de relações com o meio socioambiental. Esse movimento contínuo de mutações, pois, está permeado por um outro olhar para a educação: uma nova forma de lidar com e no meio social, cultural, ambiental e econômico. Para João Albuquerque, devemos pensar a sustentabilidade num sentido também de ideias.

Uma sociedade sustentável deverá satisfazer suas necessidades de maneira diferenciada do modelo padrão atual de desenvolvimento. As economias sustentáveis não serão movidas por combustíveis fósseis, mas sim por energia solar e suas muitas formas diretas e indiretas: luz solar para aquecimento e eletricidade, energia eólica, hídrica e assim por diante. Um sistema energético sustentável mais eficiente deveria ser desenvolvido para amenizar os efeitos ambientais do atual modelo. Da mesma forma, os meios de transporte em uma sociedade sustentável deveriam ser menos esbanjadores e poluentes.

A construção de sociedades verdadeiramente sustentáveis precisa ser baseada em uma ética pela reciclagem, desde materiais industrializados até biológicos. O uso da terra necessita estar em acordo com os princípios básicos da estabilidade biológica: a retenção de nutrientes, o equilíbrio de carbono, a proteção do solo, a conservação da água e a preservação da diversidade de espécies. Importa que indústrias sustentáveis estejam mais descentralizadas, promovendo sua independência dos grandes centros urbanos.

A característica decisiva de uma economia sustentável será a rejeição da cega busca pelo crescimento desenfreado em direção a uma ética que considere os conflitos e as diferenças. É preciso pensar o sustentável para alguns poderá gerar a insustentabilidade de outros. As diferenças ideológicas se dissiparão frente à crescente consciência de que a Terra é o nosso lugar comum, não importando os nossos diferentes antecedentes culturais. A compreensão de que todos nós compartilhamos esta Terra será a fonte de um novo código ético. A compreensão e o enfrentamento aos problemas socioambientais implicam numa abordagem que considere o contexto, a complexidade, o todo e as partes. Requer pensar a sustentabilidade na complexa dinâmica de interrelações que configuram a vida. Uma ressignificação das nossas relações faz-se necessária para a conscientização de que o valor das coisas não reside em seu potencial de exploração, mas no que elas representam na teia que forma a vida. Para Guattari (2011), essa ressignificação precisa acontecer no âmbito da família, do ambiente de trabalho, nas relações cotidianas para fazer frente à crise sócio-ecológica. O desafio, pois, das próximas décadas é aperfeiçoar os detalhes, por meio do trabalho das

corporações, dos governos, das organizações ambientais, dos partidos políticos e dos cidadãos.

Para o pesquisador João Albuquerque, sustentabilidade implica conhecer as necessidades que temos de acolher, de cuidar, de amar. Então, pensar a sustentabilidade dialogicamente é fundamental. Pensar qualquer movimento educativo, principalmente na perspectiva da educação ambiental, na compreensão de Albuquerque, exige uma perspectiva dialógica que envolva amor, fé no homem, confiança nas possibilidades, a esperança de que é possível fazer a diferença e a criticidade no sentido de desvelar o que está por trás. O colaborador da pesquisa pensa que se tais elementos estiverem presentes nas relações socioambientais teremos os ingredientes que possibilitarão moldar outra sociedade.

Ao falarmos do futuro, mesmo que seja um futuro que já sentimos muito próximo, o que dele dissermos é sempre o produto de uma síntese pessoal embebida na imaginação (SANTOS, 2010). As constatações da possibilidade de mudanças relacionadas com o atual modo de produção e de relação seres humanos/natureza não ocorrerá de maneira drástica. Mudanças levam tempo para acontecer. Contudo, a necessidade de corromper o atual padrão econômico é necessária para que haja a possibilidade de pensar em um futuro diferente. Ainda é tempo de inventar um futuro que não desemboque numa catástrofe (SACHS, 2009).

É sobre as ruínas desses paradigmas que teremos de construir projetos originais e pluralizados, para debater um conjunto de ideias que organize o quadro conceitual dessa discussão. (SACHS, 2009). A partir daí, a cultura de mudanças deveria tornar-se um elemento do ensino, da educação dos povos.

A precisão de transformações não deve partir de um desenvolvimento arbitrário que esteja intrincando o sistema capitalista, mas sim utilizar como base de inovações as questões socioambientais para que seja possível a relação que a temática da sustentabilidade e das sociedades sustentáveis traz em seu bojo: justiça social, proteção ambiental e desenvolvimento econômico eficiente, para a construção de sociedades justas e sustentáveis.

6. SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“Diante da crise ambiental, temos de nos atrever a questionar essas certezas que já não nos sustentam, para construir um mundo sustentável e abrir um futuro viável para a humanidade”.
ENRIQUE LEFF

É sabido que as preocupações com as questões ambientais começaram a brotar em meados da década de 70, quando eclodem no mundo buliçosas manifestações que buscavam direito à liberdade, ao trabalho, à educação etc. Juntamente com essas manifestações, surgiram movimentos ambientalistas os quais criticavam o modo de produção capitalista que, cada vez mais, disseminava-se no mundo globalizado. Com isso, houve o crescimento desenfreado dos países desenvolvidos, e as problemáticas ambientais começavam a se destacar.

Com a ampliação dos movimentos ambientalistas, as demandas ambientais tornaram-se mais enfáticas, criticando a ausência de comprometimento com o ser humano bem como a grande degradação do meio ambiente em virtude do crescimento econômico. Nesse contexto, Leff diz que:

na percepção desta crise ecológica foi sendo configurado um conceito de ambiente como um nova visão do desenvolvimento humano, que reintegrava os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negados pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que conduziu o processo de modernização. (LEFF, 2011, p. 17)

O progresso da degradação ambiental ligado a uma ampla crise civilizatória necessitava, o quanto antes, de medidas que tentassem amenizar a situação pela qual passava o mundo. A fim de buscar respostas a muitas dessas questões, em 1972 foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo. Nessa conferência, foram discutidas as problemáticas ambientais ocasionadas pelo modo de produção vigente. Vários países juntaram-se à causa, comprometendo-se a cumprir metas que visassem amenizar os problemas ambientais. Pela primeira vez colocava-se a dimensão “meio ambiente” como preocupação

internacional, e, desde então, a Educação Ambiental passa a ser considerada como campo da ação pedagógica, adquirindo relevância e valor universal.

“A Educação Ambiental é indissociável do contexto educativo, assim como é dos contextos econômicos e sociais” (MARCOSIN E SILVA, 2010, p. 175).

O discurso da Conferência de Estocolmo buscava conciliar a problemática ambiental com o crescimento econômico, tendendo à construção de um mundo sustentável e economicamente justo, onde o ambiente fosse visto como democrático e igualitário. “Daí surge à busca de um conceito capaz de ecologizar a economia, eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza” (LEFF, 2011, p. 18). Dessa forma, brotava a expressão “desenvolvimento sustentável”.

Tal expressão tinha como definição um procedimento que fosse capaz de satisfazer as necessidades do mundo atual, mas sem comprometer as necessidades das próximas gerações. Entretanto, assemelhava-se mais a uma questão de cunho político do que necessariamente ambiental.

O crescimento pelo crescimento acelerou uma corrida irrefreável rumo a um abismo intransponível. Isso requer uma reflexão séria e responsável sobre as causas profundas da crise ambiental e da mudança climática, que reorienta as ações para a construção de um futuro sustentável (LEFF, 2011). Dessa maneira, persiste a degradação ambiental, que na concepção de Leff (2011):

se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. A questão ambiental problematiza as próprias bases de produção; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana, (LEFF, 2011, p. 17)

Após anos de discussão e entraves políticos, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente publica um novo documento intitulado “Nosso Futuro Comum” (Relatório Brundtland – 1988). Mais uma vez fazia-se imprescindível discutir as problemáticas socioambientais, pois, em meio a conferências e documentos governamentais, permanecia evidente a crescente crise ambiental. Buscam-se, então, ações consensuais que visem dissipar as diferentes visões e interesses dos países em acelerado desenvolvimento econômico.

O relatório Brundtland foi desenvolvido com o propósito de oferecer uma nova perspectiva, que tivesse como desígnio renovar a problemática das demandas ambientais juntamente com a crise econômica, gerada pela ampliação do capitalismo.

Faz-se urgente uma nova conferência. Intitulada Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), concretizada no Rio de Janeiro, no ano de 1992, surge outro encontro de países que tinha como finalidade regulamentar o crescimento econômico baseado nos cuidados com as intenções ambientais.

Nessa conferência, foi elaborado e aprovado mais um programa global chamado de Agenda 21. A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento de ação baseado em um documento criado na Rio92, que tem como objetivo principal promover, em escala global, um novo padrão de desenvolvimento econômico, em que haja a conciliação entre três pontos: justiça social, proteção ambiental e desenvolvimento econômico eficiente, para a construção de sociedades sustentáveis. A Agenda 21 propôs o comprometimento dos países com as questões ambientais em nível local e global, de forma que qualquer setor da sociedade poderia participar e cooperar nas soluções para as problemáticas socioambientais.

A partir da evolução das decisões oriundas de tantas conferências, começa a tornar-se nítida uma oposição que terá capital importância nas futuras discussões sobre o assunto socioambiente: enquanto desenvolvimento sustentável está relacionado com as práticas capitalistas, sustentabilidade prevê a construção de uma sociedade que fuja de tal lógica.

O modelo de desenvolvimento sustentável não prevê a integração entre sociedade, economia e meio ambiente. O desenvolvimento econômico deveria dar ênfase para as questões de inclusão social bem como à proteção ambiental. Neste ponto, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade divergem fortemente. O que os diferencia é a questão econômica das sociedades atuais. Em uma visão generalista, o desenvolvimento sustentável está diretamente ligado ao sistema econômico mundial, sendo assim, não haveria preocupação com o social e tão pouco com o ambiental.

Comumente, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade não se relacionam em seus interesses comuns. O desenvolvimento sustentável é visto como ultrapassado e a sustentabilidade como a possível solução para as problemáticas ambientais

Para Mauro Guimarães a significação que é dada para a questão da sustentabilidade, quando usada em suas pesquisas, amplia-se para uma perspectiva que vai além da sociedade atual, no seu modo de produção, na sua forma de organização

social, para pensar em uma nova sociabilidade, em uma nova estrutura social e em uma nova organização social que demande um novo modo de produção, de consumo e que esse tenha como prioridade a questão da sustentabilidade. Equivale dizer, um modo de produção que tenha como prioritário a sustentabilidade da vida e não a questão do desenvolvimento pelo lado da perspectiva econômica, em que a prioridade é a geração de riqueza e a forma como a sociedade se organizou para se apropriar dessa riqueza. Então, a sustentabilidade, no entendimento do teórico, procura ser um conceito que se coloca numa postura contra a ideia de desenvolvimento sustentável, abrindo para essa possibilidade de pensar uma nova realidade e uma situação de sociedade transformada.

Utilizando as palavras de David Pepper:

Todo o desenvolvimento deverá ser sustentável, isto é, não deve reduzir as opções econômicas e ambientais abertas às gerações vindouras. É fundamental a reorganização geográfica, em pequenas unidades econômicas, políticas e sociais, compreendidas em regiões auto-suficientes e comunidades locais, já que estas são social e ecologicamente mais compensatórias e estáveis (Pepper, 1996, p. 32).

O desenvolvimento da economia deveria preocupar-se com as relações homem/natureza. Deve-se rejeitar o consumismo, a exacerbada geração de riqueza para que se possa falar em um desenvolvimento para a sustentabilidade e não em um desenvolvimento para a economia ter direito de o limitar e atuar sob os recursos naturais.

Martha Tristão diz, em um trecho de sua entrevista, que é preciso entender a lógica que está por trás do desenvolvimento sustentável, e a sustentabilidade não se enquadra dentro dessa lógica. Reforçando o pensamento de Tristão, Leff (2011) afirma que “a sustentabilidade não poderá resultar da extrapolação dos processos naturais e sociais gerados pela racionalidade econômica e instrumental dominante” (LEFF, 2011, p. 405).

Historicamente, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade participam de correntes diferentes. O desenvolvimento sustentável está intrinsecamente ligado a questões capitalistas. As raízes do desenvolvimento sustentável nasceram das sucessivas degradações ambientais ocasionadas pelo sistema econômico, já a sustentabilidade tenta conciliar o sistema econômico com as questões ambientais e sociais. Repensar novas

formas de desenvolvimento implica uma análise aprofundada dos principais paradigmas que competiram ou se sucederam (SACHS, 2009).

João Albuquerque segue na mesma lógica quando relata que desenvolvimento sustentável, na verdade, é uma retroalimentação do próprio sistema capitalista e que tem os dias contados porque não tem como manter-se. Não funciona pensar sustentabilidade dentro da perspectiva capitalista. Segundo o autor,

[...] a EA pode contribuir com as mudanças estruturais necessárias e prementes ao mundo de hoje. Envolve mudança de hábitos de consumo e de produção para estilos sustentáveis de vida, ética, padrão cultural e equidade compatíveis com a Sustentabilidade como Imperativo Moral. (2007, p. 73)

O surgimento da temática da sustentabilidade como prática emancipatória de um sistema desintegrador da natureza surgiu através da necessidade de uma inovadora forma de olhar para a sociedade, para a cultura e para a natureza, cada uma com suas peculiaridades e generalidades. A sociedade moderna é a forte relação entre cultura, capital e natureza.

A temática da sustentabilidade traz, em suas práticas, a conciliação de tais pontos e a reorganização de uma sociedade tornando-a mais justa, não apenas no meio cultural e no social, mas também na relação, até agora inexistente, entre consumo e natureza. A busca pela sustentabilidade é a tentativa de administrar novas práticas socioambientais que tenham a capacidade de amenizar as problemáticas ambientais acometidas sob o Planeta.

A transição do desenvolvimento sustentável para a sustentabilidade implica necessidades de ultrapassar a razão econômica através de um processo de superação de práticas deteriorantes do meio socioambiental, trazendo como propósito a reconstrução do mundo a partir de novos projetos civilizatórios.

Nesse contexto, é notável que os teóricos participantes desta pesquisa assumam a posição de que a sustentabilidade, por meio de um processo histórico, surge como o ponto mediador de um conflito de interesses que acusa questões econômicas. Sugerir novas maneiras de cuidar do ambiental sem isolar o social, o cultural e o econômico é protagonizar um processo que transcende a condição de predação pela re-tomada de consciência.

Temos diante de nós um futuro aberto que dependerá das diferentes ecologias culturais, das ecologias naturais, do peso do passado vivo, do conjunto de valores e dos modos de vida que é feita uma sociedade (SACHS, 2009).

Essa forma de ruptura com os padrões econômicos atuais questiona os modelos societários da modernidade, exibindo a necessidade de estabelecer uma racionalidade social, guiada por novos valores e saberes. Como consequência, surgem novos modos de produção sustentados em bases ecológicas, como o movimento Slow Food¹¹, a partir de novas formas de organização social, pautadas na democracia. Tais mudanças levam a transformações de aspectos econômicos, políticos e culturais, convertendo-se em um ponto estratégico com o propósito de reformular valores, habilidades e capacidades para orientar a transição para a sustentabilidade.

¹¹ O Slow Food é uma associação internacional sem fins lucrativos fundada em 1989 como resposta aos efeitos padronizantes do *fast food*; ao ritmo frenético da vida atual; ao desaparecimento das tradições culinárias regionais; ao decrescente interesse das pessoas na sua alimentação, na procedência e sabor dos alimentos e em como nossa escolha alimentar pode afetar o mundo. O Slow Food segue o conceito da **ecogastronomia**, conjugando o prazer e a alimentação com consciência e responsabilidade, reconhecendo as fortes conexões entre o prato e o planeta. (Retirado de: <http://www.slowfoodbrasil.com/>)

7. O ADVENTO DE DIFERENTES RELAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS E CULTURAIS

*“O diálogo de saberes conduz à heteronomia
de uma fala dirigida ao outro,
que permite dar o salto para fora da realidade
estabelecida para imaginar outro mundo possível,
para construir novos mundos de vida”.*
ENRIQUE LEFF

Vivemos em um momento crítico. Um momento que clama por lucidez, criatividade e imaginação (GONÇALVES, 2011). Vivemos em uma intensa crise tanto no plano econômico e político quanto no ambiental. As contradições e os conflitos do mundo moderno interligado com a força produtiva mundial encontram-se em uma perspectiva assustadora. Está na hora de repensar alguns fundamentos que não levem o Planeta a uma crise sem voltas.

As relações sociais que são mediatizadas de valores, normas, contextos históricos e econômicos são a fonte necessária para que haja a formatação de um novo mundo, ou de novos olhares para a crise atual. Nesse contexto, entendo que as relações de uma sociedade estão ligadas às forças de produção, e para se pensar em novas formas de relações sociais, deve-se, em primeira instância, repensar o atual modelo econômico para que seja possível rever as problemáticas da crise ambiental da atualidade. Sendo assim, propostas como a de sustentabilidade, trazem imbricadas em seu contexto, novas formas de inclusões do meio social e também do cultural das sociedades modernas.

O desenvolver da história moderna permite vislumbrar passagens expressivas que marcaram a trajetória da cultura e sua relação com o meio ambiente. A partir das décadas de 60 e 70, é que se tornaram mais evidentes os sinais de uma crise socioambiental de amplas proporções dotadas de inúmeras características. (LIMA, 2011). Trata-se de uma crise global, que, de maneira desigual, atinge todos os continentes, sociedades, ecossistemas, culturas, afetando fronteiras geográficas, políticas e sociais. Com relação a crise civilizatória, Leff (2011) diz que:

A crise ambiental irrompe na história contemporânea marcando os limites da racionalidade econômica. Ao mesmo tempo emerge o

pensamento da complexidade como resposta ao projeto epistemológico positivista unificador do conhecimento e homogeneizador do mundo. Esse ponto de inflexão da história levou à reflexão sobre os fundamentos do saber e o sentido da vida que orientem um desenvolvimento sustentável para a humanidade. (LEFF, 2011, p. 236)

Nesse sentido, o processo de reintegração da natureza na ação econômica constitui um ponto chave para se pensar em uma nova sociedade. Nessa perspectiva, as condições ecológicas e comunais da produção são o suporte de uma nova racionalidade (LEFF, 2011). “As grandes transformações históricas só se concretizam quando são incorporadas ao modo de vida das pessoas e à sua existência cotidiana, vinculando o particular ao público, o microsocial ao macrosocial”. (LOUREIRO, 2009, p. 132)

A sustentabilidade – baseada em princípios de igualdade, diversidade e democracia – abre amplas perspectivas sociais e econômicas através da busca pela preservação e restauração ambiental. Desse modo, o processo de ambientalismo cria inovadoras teorias que discutem a racionalidade econômica dominante, reorientando inúmeras ações sociais para a construção de outra sociedade, com outra racionalidade produtiva, fundada no grande potencial da natureza e da cultura.

O processo de renovação ambiental foge da premissa de desenvolvimento sustentável, ou seja, de um desenvolvimento sustentado pela economia. Contudo, as relações econômicas são o ponto forte das sociedades modernas. Atualmente, pensar em novas sociedades é pensar com a racionalidade econômica. Portanto, para que seja possível pensar em novas formas de interações com os meios sociais e ambientais, deve-se pensar de maneira inovadora, que vá de encontro às características capitalistas, buscando a formação de novas racionalidades, que tenham como foco repensar as maneiras de agir diante do ambiente. Reforçando essa ideia, Leff diz que:

A construção de uma racionalidade ambiental não depende de fundamentalmente da produção de “tecnologias apropriadas” ou do revigoramento da economia. Colocar em ação uma estratégia ambiental de desenvolvimento implica a ativação de práticas sociais alternativas, a partir da transformação das relações de poder no saber e na produção. (LEFF, 2011, p. 105)

Da mesma forma, Luiz Marcelo diz em sua entrevista que para pensar no conceito de sustentabilidade é necessário colocar-se em outro lugar que não nesse de desenvolvimento sustentável. O pesquisador ainda diz que há uma necessidade de olhar, de contextualizar as nossas preocupações em relação aos nossos padrões de afinidade sociedade/natureza, mas em uma perspectiva que essa transformação passe por outras transformações de compreensões sobre o que é natureza, sobre o que é sociedade, sobre o que é essa nossa relação sociedade/natureza, e que necessariamente passe pelo questionamento dos atuais modelos de produção. Ainda, segundo Luiz Marcelo, pensar em sustentabilidade é pensar em um mundo diferente em que padrões de relações sociais de produção incorporem, definitivamente, as preocupações com a natureza e as preocupações em relação a esse modelo exploratório não só dos seres humanos em relação a outros seres humanos, mas fundamentalmente também relações de seres humanos com outros elementos da natureza, sejam eles elementos vivos ou não vivos. Devemos olhar com respeito em relação de reciprocidade, colocando-nos entre esses outros seres e não como alguém fora desse lugar (natureza). A partir daí, teremos a possibilidade de pensar um mundo diferente, pensar em um mundo com outras perspectivas. Trata-se quase de uma proposta de reinvenção desse mundo e dessas relações.

Com isso, a construção de um novo futuro implica pensar a abertura da história, a libertação da ordem coisificadora e economicista do mundo. Dirige para a criatividade humana, a mudança social e a construção de alternativas (LEFF, 2010).

João Albuquerque relata que sustentabilidade implica a possibilidade de um bem viver compartilhado dentro de um respeito a todos os seres e dimensões envolvidas nesse processo. Para o pesquisador, deve-se pensar em novas relações sustentáveis fora do contexto antropológico e antropocêntrico; deve-se pensar em mudanças a partir dos seres humanos.

Fica claro que as mudanças necessárias devem começar a partir das relações dos seres humanos com os seus semelhantes, quebrando o ciclo da desigualdade social, da fome e da miséria. O respeito às culturas dos povos, à natureza, ao meio ambiente como um todo é visto como ponto de partida para as mudanças imprescindíveis, com o intuito de construir sociedades economicamente e ambientalmente justas.

Para Martha Tristão as relações dos seres humanos com as diferentes formas de culturas e o respeito com tais culturas são sustentabilidade, ou seja, um dos caminhos para se pensar em sustentabilidade. Reforçando as palavras de Martha Tristão, utilizo-me

de Guattari quando diz que “mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura, e precisamos aprender a pensar transversalmente as interações entre ecossistemas, mecanosfera e Universos de referência sociais e individuais” (GUATTARI, 2011, p. 25).

É necessário um novo saber ambiental, um diálogo entre as diversidades em todas as escalas. Processos econômicos e políticos deverão revisar conceitos e maneiras de interação com o meio social para minimizar os efeitos catastróficos gerados pelo ciclo do lucro/consumo e do atual mundo tecnológico. “O saber se constitui e o diálogo de saberes se produz no encontro do ser com um ser-Outro, a partir de suas diferenças, no horizonte infinito que anuncia um futuro não projetável, não previsível, talvez inefável, porém realizável”. (LEFF, 2010, p. 123)

Michèle Sato diz que as relações políticas têm intrínseca relação com a dimensão ambiental. Para a pesquisadora, todo conflito ambiental relaciona-se com o dilema social! É preciso que os educadores ambientais reflitam seriamente sobre a vida em sua teia de complexidade, do contrário o debate sobre a sustentabilidade será simplesmente “insustentável”.

A construção de um futuro sustentável solicita um diálogo aberto, capaz de acolher visões heterogêneas e agenciar interesses contrapostos na apropriação da natureza. Tais diálogos não irão produzir acordos fundados em visões homogêneas, nem se limitará a negociar conflitos emergentes. A partir dos saberes locais e globais, somados aos conhecimentos científicos é que será possível abrir novos caminhos para um diálogo capaz de rever e reinventar novas relações socioambientais.

É preciso corromper o caminho homogêneo de escolhas; é necessário incluir visões alternativas, abrir caminhos para a diversidade, criar novas estratégias de reapropriação da natureza.

Nesse sentido, para atingir as premissas de uma sociedade sustentável, não basta apenas dizer que a sustentabilidade é necessária. Ainda é preciso mostrar que tal prática é possível, pois uma sociedade é sustentável quando se organiza e se comporta de tal forma que ela, através das gerações, consegue garantir a vida dos cidadãos e dos ecossistemas nos quais está inserida (BOFF, 2012, p.128).

Na concepção de Leonardo Boff (2012) “uma sociedade só pode ser considerada sustentável se ela mesma, por seu trabalho e produção, tornar-se mais e mais autônoma” (BOFF, 2012, p.128). Sendo assim, é necessário reinventar uma forma de viver benevolmente sobre a Terra.

A transição das sociedades para uma possível sustentabilidade planetária implica a necessidade de reformular a base política e econômica mundial. É preciso resolver os dilemas e as contradições entre economia e ambiente para que se possa pensar em uma nova sociedade, fora dos padrões de desenvolvimento sustentável. Leff (2010) diz que “a sustentabilidade ambiental é um assunto que diz respeito à segurança nacional, à governabilidade democrática e à redução da pobreza”. (LEFF, 2010, p. 139)

Então, para que seja possível pensar em novas relações que tenham como princípios os cuidados com o social, cultural, político e ambiental, deve-se dissolver a atual separação que existe entre o setor ambiental e o setor econômico. É necessário compreender que a sustentabilidade é o que os ecossistemas e as sociedades podem suportar, e não aquilo que o mercado econômico produz dentro de uma racionalidade economicista contra a natureza.

Os princípios da sustentabilidade reafirmam a relação entre cultura e natureza; entre os diferentes significados culturais e os diversos potenciais do meio natural. É um projeto de emancipação para deixar em liberdade os potenciais da diversidade biológica e cultural. (LEFF, 2011). O pensar sustentável deve possibilitar novas relações entre as sociedades, promover uma nova concepção de apropriação do mundo, definindo novos sentidos existenciais para os povos, traçando novas linhas de forças que se inter-relacionem com as relações de poder, tramando novos projetos históricos e culturais.

Guattari (2011) diz que “é preciso, mais uma vez, invocar a História! No mínimo pelo fato de que corremos o risco de não mais haver história humana se a humanidade não reassumir a si mesma radicalmente” (GUATTARI, 2011, p. 54).

Nesse sentido, torna-se emergencial apontar nossas forças para a aprendizagem de novos padrões de desenvolvimento, os quais sejam capazes de suprir as necessidades das espécies sem degradar, de forma hostil, o ambiente. É imperativo agir de forma sustentável em direção à afirmação de novas maneiras de relações socioambientais.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de análise, as falas dos entrevistados, apesar de trilharem, a priori, distintas linhas de pensamento, expressaram – em suma – sentidos afins, ou seja, todos compartilharam de opinião semelhante, em relação ao conceito de sustentabilidade¹². Para tais educadores, o termo é bastante polissêmico, o que fortalece a sua disseminação para vários campos do conhecimento. Além disso, é bastante evidenciado que, para se pensar em sustentabilidade, não se pode fazê-lo dentro da lógica do desenvolvimento sustentável, ou melhor, da lógica capitalista, como fica evidente neste trecho da entrevista com João Albuquerque:

Desenvolvimento sustentável, na verdade, é uma retroalimentação do próprio sistema capitalista e que tem os dias contados, porque não tem como se manter, a não ser que mude radicalmente a lógica; e se mudar radicalmente a lógica, não é capitalismo. Então, não funciona pensar sustentabilidade dentro da perspectiva capitalista. Porque o capitalismo é mobilizado pelo lucro, pela mais valia, então não tem lógica.

Outro ponto de análise viabilizado a partir das entrevistas é a constatação dos entrevistados de que urgem novas maneiras de se pensar os problemas socioambientais. Segundo esses estudiosos, para que possamos agir orientados pelas premissas da sustentabilidade, é preciso modificar as relações políticas, econômicas e culturais das sociedades modernas, pois, somente fora dessa lógica, torna-se possível pensar um mundo mais equilibrado. Luiz Marcelo deixa claro em um dos trechos da entrevista que:

[...] Pensar em sustentabilidade é pensar em um mundo diferente em que padrões de relações sociais, de produção incorporem definitivamente as preocupações com a natureza e as preocupações em relação a esse modelo exploratório não só dos seres humanos em relação a outros seres humanos, mas, fundamentalmente, também relações de seres humanos com outros elementos da natureza, e daí a possibilidade de pensar um mundo diferente, um mundo com outras perspectivas é quase o mesmo que uma proposta de reinvenção desse mundo, dessas relações.

Para os educadores entrevistados, tais modificações nas relações são a base para a construção de sociedades sustentáveis, ecológica e economicamente mais justas, sendo

¹² Como não houve a intenção de criar conceitos para sustentabilidade, nem definir uma única sustentabilidade, os colaboradores da pesquisa se sentiram livres para responder às questões e opinar sobre a proposta da pesquisa.

dessa forma, possível pensar em novos padrões de convivência entre os seres humanos. Porém, para isso, “sustentável” deve contemplar tanto as dimensões culturais como as econômicas. Entretanto, isso se torna um enorme desafio, já que a sociedade atual prima pelos interesses econômicos acima dos demais (LOUREIRO, 2012).

Para imaginar a construção de sociedades sustentáveis oriundas de práticas sustentáveis, é preciso fugir dos processos de degradação do meio ambiente. Pensar através da sustentabilidade é pensar em um mundo de ideias, de inovações. Martha Tristão relata que “*sustentabilidade estaria ligada a uma filosofia de vida*”, a novas maneiras de se perceber o ambiente, de lidar com as diferenças. Então, torna-se imprescindível que a sociedade entenda o que de fato o termo significa e qual a finalidade de se adotarem práticas mais sustentáveis.

O discurso sobre a sustentabilidade deve sair do campo da pesquisa e tomar rumos maiores. É comum encontrá-lo na mídia, mas, na prática, será que há a incorporação do que realmente significa ser sustentável? Na opinião de Fátima Marcomin, a resposta é negativa: *parece que as pessoas não incorporam o conceito*. Por tal motivo, a ambiguidade do termo só agrava sua complexidade. Ambígua, visto que há inúmeras maneiras e dimensões de entendê-la; complexa, por ser uma temática disseminada tanto no meio da pesquisa como fora dele, apesar de isso lhe conferir alto teor conceitual.

Loureiro (2012) afirma que o conceito de sustentabilidade explica tudo e nada ao mesmo tempo; serve a todos como se estivessem interessados nas mesmas coisas. Nesse contexto, não há como dizer que sustentabilidade é um conceito, mas sim um aglomerado de ideias que pode ser apropriado para qualquer fim, servindo aos propósitos dos que se utilizam de sua morfologia.

Tal constatação fortalece a ideia de polissemia do termo, mostrando que a temática da sustentabilidade pode moldar-se a qualquer área, dos discursos ambientalistas aos econômicos. Entretanto, a apropriação do termo por um determinado meio não viabiliza a sua efetiva prática. Isto é, somente “falar” em sustentabilidade não afirma, com veracidade, práticas sustentáveis que realmente tragam mudanças de comportamento e de relação com o meio socioambiental.

Para Figueiredo (2007),

A necessidade impõe, algumas vezes, ações localizadas, pontuais e imediatistas, colocando desafios contundentes às práticas sociais. Entretanto,

torna-se essencial considerarmos as estruturas político-ambientais que interligam o local e o global, alcançando uma amplitude que incorpore aquilo que chamamos de crítica da sustentabilidade numa diretriz que transcenda o economicismo e supere as propostas de responsabilização dos indivíduos, que descaracterizam a responsabilidade das políticas capitalísticas globalizantes, constituintes de culturas capitalísticas. Faz-se, pois necessário construir uma cultura crítica da sustentabilidade. (p. 75)

Para que haja um engajamento de práticas sustentáveis, compartilho da ideia de João Albuquerque: *sustentabilidade implica envolvimento; sustentabilidade implica as possibilidades que as pessoas têm de reconhecerem-se como parte dessa grande tribo*. O primeiro passo para se pensar no sustentável é fazer que a sociedade se perceba como parte integrante do meio ambiente e não como dominadora do meio natural. A relação de pertencimento precisa ser evidenciada na sociedade moderna – os indivíduos devem pensar em si como membros de uma coletividade – essa maneira de sentir o entorno acaba por destacar características culturais, raciais, sociais, ou seja, perceber o meio ambiente como parte integrante dessa sociedade. Assim, o meio ambiente deve ser considerado um espaço relacional, onde a presença humana aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural e cultural e interaja com ela (CARVALHO, 2008).

Mauro Guimarães, em uma das suas falas, diz que “*pensar através da sustentabilidade é pensar uma nova realidade e uma situação de uma sociedade transformada*”. Mas para que seja possível essa movimentação social, devem ocorrer inúmeras mudanças, algumas extremamente radicais, como por exemplo, viabilizar uma sociedade que funcione fora da lógica do capital. Todavia, será possível, nos dias atuais, uma sociedade que funcione fora da lógica capitalista? Não seria um tanto utópico pensar assim?

Acredito que os padrões segundo os quais as sociedades vivem atualmente precisam ser revistos à luz das questões ambientais, numa derradeira tentativa de se criarem novas maneiras de relações com o meio social, ambiental, econômico e político.

De acordo com Mauro Guimarães, “*devemos ampliar os horizontes para uma perspectiva que vai além da sociedade que a gente vive hoje, no seu modo de produção, na sua forma de organização social, para pensar numa nova sociabilidade, numa nova estrutura social e numa nova organização social que demande um novo modo de produção, de consumo e que esse tenha como prioridade a questão da sustentabilidade*”.

Ou seja, um modo de produção que tenha como prioritário a sustentabilidade da vida e não a questão do desenvolvimento pela perspectiva econômica, na qual a prioridade é a geração de riqueza e a forma como a sociedade se organizou para se apropriar dessa riqueza”.

A transição para a sustentabilidade implica a necessidade de superar a ideia do lucro e do consumo, que têm suas raízes no capitalismo. Para tanto, deve-se transcender questões históricas que levaram às sociedades a viver dentro de tal lógica.

Nesse contexto, compartilho das ideias de Gonçalves (2011), pois “vivemos em uma sociedade onde não existe só a dominação da natureza, mas também, a dominação do homem pelo homem” (GONÇALVES, 2011, p. 134). E, nesse sentido, para imaginar outra sociedade, outra realidade, outra racionalidade é preciso desenvolver outro modo de pensar e de agir que incorpore outra relação homem/natureza, homem/homem, que não aquela de dominação do meio natural como se o homem não fizesse parte desse meio, e sim tivesse somente o adjetivo de “dominador” da natureza.

Ao pensar dessa forma, é reforçada a ideia de que, atualmente, vivemos uma crise civilizatória, a qual evidencia a insustentabilidade planetária. Sendo assim, se entendermos o problema da insustentabilidade da vida no planeta como a sintonia de uma crise de civilização, será possível compreender que a construção do futuro sustentável não pode apoiar-se em falsas certezas sobre a eficácia do mercado e da tecnologia – nem sequer da ecologia – para encontrar o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação ambiental.

É provável o surgimento de alguns questionamentos quando se trata de sustentabilidade. É fato que atualmente vivenciamos uma crise ambiental fortemente debatida em vários campos do conhecimento. Nesses debates, surgem posicionamentos que reforçam a ideia da necessidade de mudanças para que seja possível a manutenção da vida sob a Terra. Busca-se a sustentabilidade, busca-se a capacidade de “re-fazer” o ser humano pensar diferente dentro de um sistema dominador, onde as fronteiras são limitadas, fechadas. Mas será possível redimensionar a forma como nos relacionamos com o meio ambiente e como o dominamos?

Agir através da sustentabilidade requer muito mais do que ideias, do que pensamentos. É mister olharmos para a natureza não como um objeto de uso, algo que pode ser explorado, mas como um sistema ao qual estamos integrados, derrubando o dualismo que afasta, que separa o ser humano da sua raiz – a natureza. Exige ações, mudanças, inovações. Sustentabilidade é muito mais do que um conceito, ou um

aglomerado de ideias que pode ser utilizado para fins diversos (Loureiro 2012) mas configura-se como um fenômeno histórico-social, cultural e econômico, que se desenvolve em meio às contradições inerentes à vida em sociedade. É impensável conceber a sustentabilidade como um fenômeno isolado da ordem social e econômica que o condiciona. Nessa perspectiva, podemos inferir que as pesquisas relacionadas ao campo ambiental, que possibilitem a compreensão do mundo em sua multidimensionalidade, são pontos-chave para que se possa delinear outro futuro; um futuro em que as práticas sustentáveis sejam efetivadas. Isso significa que o desenvolvimento, a evolução precisa ocorrer na direção de suprir as necessidades humanas com vistas à melhoria das relações interpessoais e dos seres em geral e não para suprir à lógica do capital, a qual impõe condições implacáveis de vida à maioria da população global.

Os pesquisadores participantes dessa pesquisa trazem em suas bagagens estudos relacionados à temática da sustentabilidade e, assim, buscam fazer a diferença nessa sociedade tão marcada pela desigualdade e pela falta de cuidado com o ambiente.

João Albuquerque afirma que desenvolve trabalhos mais fortemente relacionados ao conceito de ambientalização numa perspectiva educativa, ou seja, não pensar em educação ambiental como processo isolado, mas como uma conjuntura mais ampla que envolve uma aprendizagem coletiva.

Martha Tristão orienta seus estudos para compreender as inter-relações de saberes e de fazeres cotidianos, relacionados à temática da sustentabilidade. Michèle Sato afirma que *“a todo o momento a gente desenvolve pesquisa nessa área; a todo o momento a gente está trabalhando com a temática da sustentabilidade”*.

Diante dessas afirmações, cabe citar Leff (2011), quando diz que:

a sustentabilidade levanta de novo a pergunta pelo ser e pelo tempo a partir do questionamento da racionalidade econômica, da ontologia e da epistemologia que fundam uma compreensão do mundo que descambou para formas de dominação da natureza. Ao mesmo tempo interroga os processos ônticos da natureza e os potenciais do real; valoriza o ser a partir da diversidade cultural, abrindo novas vias para a reapropriação da natureza e a recriação de mundos de vida; configura novas temporalidades e identidades das quais depende a transição para um futuro sustentável. (LEFF, 2011, p. 409)

Portanto, as pesquisas que envolvem questões alusivas à temática da sustentabilidade são uma das ferramentas que, reciprocamente, ocasionarão mudanças na forma de pensar e de agir das sociedades futuras, proporcionando ao ser humano apropriar-se de novas formas de interação com o meio socioambiental e relacionar-se de forma bem diferente com o ambiente em seu entorno.

As pesquisas em Educação Ambiental funcionam como uma alavanca que potencializa os caminhos para as transformações emergentes no mundo atual. A EA fortalece a ideia de que é possível pensar uma nova sociedade. A Educação Ambiental aponta para o futuro, assim como a sustentabilidade é um projeto de emancipação que visa deixar em liberdade os potenciais da diversidade biológica e cultural. Nesse contexto, reforço à ideia de que o futuro é uma exigência de sobrevivência, um instinto de conservação da Terra.

A constante é a mudança (LEFF, 2011). A transformação é a essência da determinação, da necessidade de fazer diferente. É primordial criar novos sentidos capazes de reconstruir a história. Para tal, a sustentabilidade anuncia o nascimento do que ainda não é, daquilo que buscamos para a manutenção da vida no planeta.

Como foi possível depreender no diálogo entre o campo teórico e o campo empírico desta pesquisa, incidem sobre a temática da sustentabilidade discursos ideológicos e conflitantes que seguem por várias e diferentes direções. O termo, por si só, vai muito além da definição apregoada de que sustentabilidade são ações que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. A bandeira que se levanta em prol da sustentabilidade, no sistema capitalista pode servir para a sustentabilidade do seu próprio modelo de produção, que terá na extinção dos recursos o fim de si mesmo.

Portanto, pensar a sustentabilidade, superando a teia de dominação que o sistema econômico impõe sobre as sociedades, é criar a possibilidade de novas relações, de outras formas de apropriação da natureza, de uma vida diferente em direção não somente ao futuro que queremos, mas também ao futuro/presente que necessitamos.

Chegar ao encaminhamento final deste trabalho é uma inexplicável mistura de sentimentos que não posso deixar de registrar. No decorrer da escrita, foram várias limitações que me causaram, por muitos momentos, desânimo. Porém, o desejo de seguir em frente foi mais forte. Receber o apoio de tantas vozes fez-me mais confiante. Romper os obstáculos no decorrer do caminho foi complexo e tomava outra proporção

em virtude da combinação de sentimentos que exalava a insatisfação e a inquietação. Posso dizer que me transformei no próprio processo da pesquisa.

Compreendi que o momento da escrita é complexo, mas que nossas ideias e argumentos precisam ser registrados no papel. Utilizando-me das palavras de Mário Osório Marques (2008), completo dizendo que escrever é iniciar uma conversa com interlocutores invisíveis, imprevisíveis, virtuais apenas, mas sempre ativamente presentes. Tão presentes que parecem ganhar vida ao longo do processo de escrita. Assim,

uma conclusão se impõe, de ordem prática: importa escrever para buscar o que ler; importa ler para reescrever o que se escreveu e o que se leu. Antes o escrever, depois o ler para o reescrever. Isso é procurar; é aprender: atos em que o homem se recria de contínuo, sem se repetir. Isso é pesquisar. (MARQUES, 2008. P. 92)

Aprendi muito com o processo de pesquisa. Ter a oportunidade de escutar educadores ambientais discursarem sobre seus conceitos particulares sobre sustentabilidade e, em seguida, utilizar tais falas para dar sentido ao meu trabalho foi tão complexo, quanto gratificante. São falas que, de certa forma, estão no meu inconsciente e que me fizeram pensar diferente sobre tantas problemáticas referentes ao mundo moderno.

Assim por dizer, acredito que a temática dessa pesquisa não atinge somente a mim, enquanto pesquisadora no campo ambiental, mas também contribui para uma melhor compreensão de como todos devemos nos posicionar diante de tantas mudanças necessárias.

No início do processo de organização e de construção da pesquisa, foram eleitos teóricos da Educação Ambiental que abordassem questões alusivas à sustentabilidade, para, com eles, estabelecer diálogos capazes de facilitar a abertura de caminhos capazes de suprir as dúvidas que, certamente, seriam suscitadas ao longo do processo.

Apoiada na perspectiva de entender como educadores ambientais conceituam sustentabilidade, entrevistei pesquisadores inseridos no campo de pesquisa brasileiro e que mantivessem intenso contato com os desdobramentos da Educação Ambiental, além de conhecer a temática da sustentabilidade e de desenvolver pesquisas que se relacionassem a ela. Sem dúvida, foi uma experiência ímpar, a qual me proporcionou desvelar outros olhares sobre a temática da sustentabilidade e suas vertentes.

A análise das conceitualizações dos professores, nos relatos individuais, sobre sustentabilidade permitiu construir argumentos para compreender a seguinte questão: como alguns educadores ambientais que atuam em Programa de Pós-Graduação em Educação conceituam sustentabilidade e como incorporam esta temática em suas pesquisas.

A pesquisa deixou claro que, mesmo que estes pesquisadores participem de linhas de pensamentos distintas, seus conceitos sobre sustentabilidade convergem para um mesmo ponto. É necessário reafirmar que, para estes educadores participantes da pesquisa, sustentabilidade é um paradigma capaz de receber diversos conceitos levando a temática a se tornar polissêmica dentro de vários campos do conhecimento.

Para que haja a possibilidade de construir uma sociedade sustentável moldada a partir das premissas da sustentabilidade, deve-se romper os atuais padrões sociais e rever as relações socioambientais. Uma sociedade sustentável não pode funcionar na lógica capitalista.

A sustentabilidade sugere uma nova concepção e novas formas de apropriação do mundo. A ética da sustentabilidade deve levar-nos a reverter o pensamento único globalizador e questionar seus preceitos. Somente quebrando os atuais parâmetros sociais, é que a sustentabilidade, em nível planetário, pode ser pensada e colocada em ação.

O discurso da sustentabilidade é amplo e cheio de possibilidades de estudos. Esta pesquisa é apenas uma maneira de olhar para a questão da sustentabilidade e uma porta aberta para que outras pesquisas sobre a temática desponham no cenário acadêmico brasileiro. Acredito que o discurso sobre a sustentabilidade não tem um fim, um ponto final. É um discurso prenhe de novos olhares e de novas possibilidades de estudo.

REFERÊNCIAS

- BOFF, L. *Sustentabilidade: o que é o que não é*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012
- BULFINCH, T. *O livro de ouro da mitologia – História de deuses e heróis*. Rio de Janeiro: Edioliro, 2002
- CARVALHO, I. C. *A Invenção Ecológica - Narrativas e Trajetórias da Educação Ambiental no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002
- _____. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997
- FIGUEIREDO, J.B. A. *Educação ambiental dialógica: as contribuições de Paulo Freire e a cultura sertaneja nordestina*. Fortaleza: Edições UFC, 2007. (Coleção Diálogos Intempestivos)
- GADOTTI, M. *Pedagogia da Terra*. 5. ed. São Paulo: Petrópolis, 2000
- GALIAZZI, M. C.; FREITAS, J. V. (orgs) *Metodologias Emergentes em Educação Ambiental*. Ijuí: Unijuí, 2005
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*; trad. Maria Cristina F. Bittencourt. 21.ed. Campinas, SP: Papirus, 2011
- GUERRA, A. F.; FIGUEIREDO, M. L. (orgs). *Sustentabilidades em Diálogos*. Itajaí: UNIVALI, 2010
- GUERRA, A. F. S; FIGUEIREDO, M. L; SCHMIDT, E, B. Educação para a Sustentabilidade: uma proposta de ambientalização curricular nos cursos de licenciatura e na formação para educação básica. In: *VISÕES E EXPERIÊNCIAS IBERO-AMERICANAS DE SUSTENTABILIDADE NAS UNIVERSIDADES*. São Carlos, SP, 2010, p. 211
- GONÇALVES, C. W. P. *Os (des)caminhos do Meio Ambiente*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011
- LEFF, E. *Discursos Sustentáveis*. São Paulo: Cortez, 2010

_____. *Saber Ambiental*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

LOUREIRO, C. F. *O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico uma abordagem política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006

LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. (orgs). *Educação Ambiental repensando o espaço da cidadania*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011

_____. *Sustentabilidade e Educação um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012

_____. *Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009

MALHEIROS, B. T. *Metodologia da Pesquisa em Educação*. Rio de Janeiro: LTC, 2011

MARCOMIM, F. E; SILVA, A. D. V. A sustentável leveza da universidade. In: GUERRA. A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L.(Org) *Sustentabilidades em Diálogos*. Itajaí: Univali, 2010, p 175, 178

MARQUES, M. O. *Escrever é preciso*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

MINAYO, M. (org). *PESQUISA SOCIAL teoria, método e criatividade*. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. *Análise textual discursiva*. Ijuí : Unijuí, 2007

PEPPER, D. *Ambientalismo Moderno*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996

PHILIPPI, A.; PELICIONI, M. C. F. *Educação Ambiental e Sustentabilidade*. Barueri, SP: Manole, 2005

Programa Nacional De Educação Ambiental. 3. ed. Brasília: 2005

RUSCHEINSKY, A. *Educação Ambiental Abordagens Múltiplas*. Porto Alegre: ARTMED, 2004

_____. *Sustentabilidades: Concepções, Práticas e Utopia*. In: GUERRA. A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L.(Org) *Sustentabilidades em Diálogos*. Itajaí: Univali, 2010

SACHS, I. *A Terceira Margem Em Busca do Ecodesenvolvimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

_____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009

SANTOS, B. S. *Um Discurso Sobre as Ciências*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010

SATO, M.; Santos, J.E. *Tendências nas pesquisas em Educação Ambiental*. In: NOAL, F.; BARCELOS V. (Orgs.). *Educação Ambiental e Cidadania: cenários brasileiros*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003

TRISTÃO, M. *A educação ambiental e o paradigma da sustentabilidade em tempos de globalização*. In: GUERRA. A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L.(Org) *Sustentabilidades em Diálogos*. Itajaí: Univali, 2010, p.157

ANEXOS

Anexo 1: Entrevista semiestruturada.**SUSTENTABILIDADE OU SUSTENTABILIDADES? O QUE PENSAM PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOBRE ESSA QUESTÃO**

Caroline Rodrigues da Matta
Elisabeth Brandão Schmidt

Esta pesquisa surgiu a partir de um diálogo com pesquisadores do PPGEA/FURG e PPGE/Univali. Ela tem como objetivo *compreender como alguns reconhecidos educadores ambientais que atuam em Programas de Pós-graduação em Educação conceituam sustentabilidade e como incorporam esta temática em suas pesquisas*. Acreditamos que investigar, junto aos pesquisadores do GT22 da ANPED, quais são suas concepções de sustentabilidade, quantas e quais pesquisas vêm realizando com esse tema e quais dimensões da sustentabilidade são utilizadas em suas pesquisas, propiciará a compreensão de como a temática da sustentabilidade está sendo incorporada nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, em especial naqueles que trabalham com Educação Ambiental.

As respostas obtidas com estas entrevistas serão utilizadas para a realização de uma pesquisa que resultará em uma dissertação para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA-FURG).

ENTREVISTA

- 1) Qual seu nome, instituição de ensino, telefone e/ou email para contato?

- 2) O que é sustentabilidade para você?

- 3) O grupo de pesquisa que você participa desenvolve ou desenvolveu alguma pesquisa e/ou projeto no qual a temática da sustentabilidade esteve presente? Por favor, compartilhe conosco alguns destes trabalhos. Como foi? Quais eram os objetivos? Quais foram os resultados? Como a temática da sustentabilidade foi incorporada na pesquisa?

- 4) Você teria mais alguma contribuição ou observação ao tema ou questões dessa pesquisa?

Anexo 2: termo de consentimento livre e esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do Projeto: SUSTENTABILIDADE OU SUSTENTABILIDADES? A CONCEITUAÇÃO DO TERMO PELOS PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Pesquisador Responsável: Elisabeth Brandão Schmidt e Caroline Rodrigues da Matta.

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental –FURG

Telefones para contato: (53) 8414.3545 (53)32301164

Email: carol@vetorial.net

O Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “sustentabilidade ou sustentabilidades? A conceituação do termo pelos pesquisadores em educação ambiental” , de responsabilidade dos pesquisadores Elisabeth Brandão Schmidt e Caroline Rodrigues da Matta.

Eu, _____, RG n° _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como colaborador, do projeto de pesquisa acima descrito. Concordo com a divulgação da entrevista que respondi, assim como da divulgação de imagens (se houver).

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

* Os pesquisadores colaboradores da pesquisa entenderam que o consentimento estava dado via gravação e julgaram desnecessário assinar o documento.

Anexo 3: transcrições

Entrevista Fátima Marcomin

Doutora em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2002). Mestre em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (1996). Especialista em Ecologia pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC (1984). Atualmente atua como professora na Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação e no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Tem experiência na área de Educação, Biologia e Ecologia com ênfase em educação ambiental, ecologia de paisagem, percepção ambiental, gestão ambiental e geoprocessamento. (Retirado de www.cnpq.br)

Fátima Elizabeti Marcomin, trabalho no programa de pós-graduação em educação da UNISUL. Para contato o email é fatimaelizabeti@yahoo.com.br.

Eu me sinto um pouco suspeita para definir sustentabilidade, eu me sinto muito suspeita. Em primeiro lugar porque em alguns momentos eu acredito que em alguns aspectos é como se ela fosse algo inatingível, em outros eu acho que o conceito é bastante gasto já, porque se tu pegares as concepções de sustentabilidade desde a questão de desenvolvimento sustentável, desenvolvimento de sociedade sustentáveis, a questão da palavra “desenvolver”, do desenvolverem e tudo mais, eu diria que a amplitude disso é bastante ampla. Mas acontece que ao mesmo tempo em que existe uma amplitude conceitual é algo estranho também porque parece que esse conceito não se incorpora, parece que as pessoas não incorporam o conceito. Então, às vezes, eu tenho a sensação que a tentativa de conceituá-lo, muitas vezes, me parece que ela fica sendo ambígua. Tanto tu vais para uma direção onde as pessoas conseguem defini-la e em outras situações tu não consegue defini-la. Por exemplo, se eu pensar do ponto de vista econômico eu diria que a sustentabilidade é algo muito complexo, muito complexo porque existem várias questões que norteiam essa questão da sustentabilidade; aí se eu for avaliar do ponto de vista, por exemplo, do desenvolvimento das questões ambientais, de como as pessoas se utilizam dos recursos naturais eu diria que nós poderíamos ter uma sustentabilidade à medida que as pessoas compreendessem que essa é uma relação intrínseca, recíproca. Na verdade, não deveria ser uma relação de uso

pelo recurso em si, mas do quanto nós enquanto indivíduo, enquanto pessoas na verdade podemos estar inseridos em um contexto que é o contexto do meio ambiente e ao mesmo tempo afetarmos esse meio ambiente, sermos afetados por ele de forma sustentável e aí o sustentável ele começa a derivar com outras sinonímias, eu diria assim. É como se a gente tivesse uma grande palavra, onde está embutida nela grandes representações e significações. Eu não consigo, eu acho que hoje conceber mais a sustentabilidade como sendo uma coisa estanque, única. Eu diria assim: sustentabilidade de que? Sustentabilidade de quem? Sustentabilidade pra quem? Então, em função dessas outras perguntas eu diria que haveria outros desdobramentos da expressão sustentabilidade.

Trabalhamos inclusive no nosso grupo de pesquisa que é ANPAPEA que é lá do PPGE nós temos inclusive uma diretiva assim de que sempre ao longo de um ano a gente oferece um tópico especial, que é um tópico focado para a questão da discussão sobre sustentabilidade. Então ele te um primeiro momento que é introdução à discussão sobre sustentabilidade, né, que é o primeiro tópico, depois no semestre seguinte uma continuidade desse tópico que seria as reflexões e os debates sobre sustentabilidade continuam. E aí a gente começa desde daquelas questões bem etimológica mesmo, de que é o sentido do termo, depois do quanto esse termo tem derivações, do quanto essas derivações repercutem sobre a prática, o cotidiano dos trabalhos e dos pesquisadores que atuam na área, e finalmente culmina no segundo semestre, no caso que são disciplinas curtas, tópicos de 30 horas, com a tentativa desses alunos sistematizarem tudo o que eles garimpam ao longo de várias fontes a questão da sustentabilidade. Então eles vão focar ou para aquilo que eles emergencialmente consideram como final, não um final ponto final, mas um final a nível de sistematização que seria de como eles vêm essa sustentabilidade. Então: é o desenvolvimento que eles chamam de sustentável? É o desenvolvimento de sociedades sustentáveis? Aí analisam todos aqueles documentos que deram origem ao termo, analisam todos os autores que ainda hoje trabalham com o termo, analisam o que tem de mais antigo e o que tem de mais moderno, e aí a gente até se surpreende porque eles já participaram de algumas disciplinas em outros programas de pós-graduação e eles foram surpreendidos porque eles se deram conta de que a reflexão e a discussão que a gente fez lá, em alguns outros programas não era feito. E na verdade não é que não seja feito, eu acho que cada programa dilui isso no seu contexto. É que talvez eles tenham percebido isso de forma mais nítida porque a gente trabalhou dois tópicos exclusivos sobre sustentabilidade.

Um dos focos de atuação do ANPAPEA é de trabalhar na perspectiva de as pessoas compreenderem melhor o que significa sustentabilidade e saírem um pouco dessa dimensão meramente conceitual, mas incorporar isso, porque eu acho que a grande dificuldade, a compreensão do que seja de fato o conceito, né, a etimologia disso, depois toda a sustentação epistemológica que deriva dessa questão da expressão sustentabilidade até aquilo que é de fato a ação, como que aquilo que eu incorporei como sendo sustentável se constitui numa ação efetiva no meu cotidiano, no meu dia-a-dia, ou como professor em sala de aula, ou como colega no ambiente de trabalho, ou como alguém dentro da casa, na sua família que também influencia a decisão dos outros. Então por isso que eu disse, ainda a pouco no começo, que por isso que eu achava tão difícil conceituar sustentabilidade, porque eu vejo um desdobramento de muitas ordens.

A gente está fechando um artigo para o final do ano, agora em novembro para mandar para uma revista científica que ele vai tratar de todos esses recortes que os acadêmicos fizeram na sustentabilidade. É um texto bem rico, bem denso, a gente não fechou ele ainda até porque a gente buscou outros materiais e aí ampliou um pouco a visão que nós tínhamos. Temos dois trabalhos de sustentabilidade, um que tá naquele livro de sustentabilidade que o Guerra e a Mara organizaram, o outro trabalho de sustentabilidade a gente aplicou, a gente apresentou aliás na rede lusófona, naquele último encontro da rede lusófona, que tá na página da rede. Tem um orientando meu que trabalhou com a questão da sustentabilidade no âmbito da universidade. E agora mais especificamente os que estão trabalhando agora não estão levando a termo o termo, mas sim junto nas disciplinas englobar isso tudo.

Eu acredito que do ponto de vista, por exemplo, se nós pegássemos a região sul do Brasil, por exemplo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ou até nem fossemos tão ousados, pegássemos Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ou sei lá, algo dessa ordem, eu acredito que nós teríamos ali material muito rico para nós discutirmos essas inúmeras concepções de sustentabilidade que a gente tem lá no sul, porque eu tenho a impressão, eu posso tá muito equivocada no que estou falando, tá?! Mas eu tenho a impressão que talvez a nossa concepção de sustentabilidade no sul possa ser influenciada também pela nossa paisagem, pela vida que a gente leva, pelo nosso cotidiano, e talvez fosse interessante a gente investigar isso com mais profundidade. Porque tu pega uma região litorânea tão rica quanto o litoral de Santa Catarina que tem uma concepção vastíssima de ambiente, de diversidade. Qual a concepção que esses

pesquisadores, que essas universidades tem. Acho que de certo modo as relações que a gente estabelece cotidianamente no nosso dia-a-dia, no nosso trabalho e no ambiente que a gente vive, a paisagem que a gente vive , eu acho que ela nos afeta. Essas paisagens também afetam o nosso modo de ser e de estar nessas regiões. E por conta disso eu acredito que talvez também isso possa afetar essa concepção que a gente tem de sustentabilidade. Não sei, eu fico imaginando, hipotetizando, mas acho que se futuramente a gente pudesse fazer um seminário, um evento só sobre sustentabilidade lá no sul seria muito rico pra gente entender. Porque com esse evento a gente poderia conseguir entender,conceber uma série de outras coisas, até suporte para gerir melhor esses espaços e tornar essas práticas teóricas realmente sustentáveis, mas de repente seja só uma viagem minha. Porque a gente mergulha nessa temática e a gente quer ver tudo, a gente quer ver ação, a contribuição de todos. Porque eu acho que essa concepção de sustentabilidade tem uma riqueza tão grande e ao mesmo tempo nuances tão (sabe assim), é uma polissemia tão grande de sons e de vozes que eu acho que pode haver grandes contribuições ainda que estejam no silêncio, mesmo que as pessoas ainda não saibam.

Entrevista João Albuquerque Figueiredo

Professor Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, professor associado do Departamento de Teoria e Prática do Ensino da Faculdade de Educação da UFC. Tem Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, com trabalho acerca da Interculturalidade, Descolonialidade e Perspectiva Eco-relacional. Possui Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais/Educação Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos (2003), com tese sobre Educação Ambiental Dialógica numa Abordagem Freireana; Mestrado em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará (1999), com uma dissertação acerca da Epistemologia e Educação Ambiental. É Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental Dialógica, Educação Intercultural, Descolonialidade e Educação Popular Freireana- Gead. Possui experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Ambiental, Educação Popular, Didática e Formação Docente. Criador da Perspectiva Eco-Relacional e da Educação Ambiental Dialógica. Atua e pesquisa principalmente com os seguintes temas: Educação Ambiental, Educação Popular Freireana, Perspectiva Eco-Relacional, Ensino-Aprendizagem, Novos Paradigmas Epistemo-Educativos, Didática e Formação Docente. Pesquisador membro da 1 association pour la recherche Interculturelle (ARIC). Membro do Centro Paulo Freire Estudos e Pesquisas. (Retirado de www.cnpq.br)

João Batista de Albuquerque Figueiredo, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. O email é joaofigueiredo@hotmail.com ou joaofigueiredo@hotmail.ufc.com.br.

Danou-se. Na verdade a gente vem pensando na perspectiva da sustentabilidade associada a um conceito, com o qual a gente tem dialogado mais recentemente que é o conceito de *sumacocei* que é um conceito andino, das populações tradicionais andinas que significa bem viver. Para mim, sustentabilidade implica na possibilidade de um bem viver compartilhado dentro de um respeito a todos os seres e dimensões envolvidas nesse processo, acima de tudo isso, porque no momento em que há uma relação de solidariedade partilhada e pensando nessa perspectiva do compartilhamento é natural que a gente lide com a natureza de uma forma respeitosa também. Natureza no sentido mais amplo, de sociedade, população, comunidade, o entorno, enfim, animais, vegetais... Esse contexto é mais amplo e interativo. E compreendendo por tanto essa concepção de sustentabilidade, não apenas numa perspectiva pragmática ou antropológica, ou melhor, dizendo, antropocêntrica, no sentido que só pensando a partir do ser humano, mas compreendendo que pra que de fato haja sustentabilidade é preciso

reconhecimento num *telos*, num sentido intrínseco aos outros seres não humanos também. Então, no momento que nós passamos a compreender efetivamente essa relação com uma relação de solidariedade e respeito é uma decorrência natural... Hã, outro princípio que eu penso que é fundamental para a sustentabilidade que é o princípio da simplicidade voluntária. Eu acho que essas coisas estão muito conectadas.

Olha, esse é um termo tão familiar que quando a gente pensa em Educação Ambiental em certa medida uma das justificativas essenciais para se pensar em projetos em torno da educação ambiental ou da ambientalização. A gente tem trabalhado agora mais fortemente com o conceito de ambientalização numa perspectiva educativa, ou seja, não pensar em Educação Ambiental como processos isolados, mas como uma conjuntura mais ampla que envolve um processo de aprendizagem coletiva. Então, nesse sentido o conceito provavelmente tá lá, eu não vou lembrar se de fato tá, mas provavelmente está porque essa relação é essencial. Por exemplo, o projeto que a gente concluiu há pouco tempo tinha como princípio a convivência solidária com o semiárido. Aparentemente, não aparece o conceito de sustentabilidade no termo, mas para a convivência solidária como eu coloquei, ela implica necessariamente nessa relação de parceria. Então, eu diria que provavelmente está presente. No grupo de pesquisa nós temos diversos projetos distintos entre si e pegando agora uma área mais próxima que está ligada ao projeto guarda chuva, por exemplo, eu tenho uma doutoranda que está trabalhando com a questão da afetividade na população de indígenas de Tremembé, a gente pensa em buscar saberes ambientais tradicionais nessa população para inserir nas discussões mais amplas. Então, a ideia é um pouco levar em consideração os contributos trazidos pelos estudos da colonialidade e os grupos de pesquisadores dentro desse contexto da América Latina e os estudos de Boaventura de Souza Santos pensando na inversão da lógica que atualmente nós utilizamos que é a produção do conhecimento na universidade para a socialização. A gente quer buscar a produção do conhecimento na comunidade para a universidade. E pensando também numa perspectiva de sustentabilidade interna da universidade, porque o que a gente percebe claramente é que se continuarmos nessa lógica de uma universidade que não pensa essa relação coma comunidade a tendência é um isolacionismo, uma alienação até porque não faz sentido em relação à vida. Tem uma frase do indígena Tremembé, desses com os quais a gente está trabalhando, que diz assim: “verdade é o que serve para viver”. Então, se a gente está discutindo outras verdades que não tem nenhum sentido para viver, o que a gente tá fazendo? Então essa busca desses saberes, em certa medida, no nosso entendimento vai

nos ajudar a pensar a sustentabilidade num sentido também de ideias, no sentido de valores axiológicos que tá orientando a nossa epistemologia ambiental e entrando na nossa prática acadêmica também. Olha ainda vivendo a experiência da discussão recente que a gente esteve vivendo, eu e Michèle Sato, a gente começou a discutir esse negócio aí no início do século XXI, 2000 e a gente tinha uma boa discussão em relação a essa diferença entre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. E no meu entendimento isso continua tão vivo e tão forte quanto a 11 anos atrás. Porque ai há uma confusão intencional, considerando a polissemia dos termos em que há uma manipulação dessa perspectiva de pensar o desenvolvimento sustentável como alternativa quando a gente sabe que na verdade isso é um projeto de mitigação do impacto para continuar explorando. Então desenvolvimento sustentável, na verdade, é uma retroalimentação do próprio sistema capitalista e que tem os dias contados porque não tem como se manter, a não ser que mude radicalmente a lógica, e se mudar radicalmente a lógica não é capitalismo, né. Então, não funciona pensar sustentabilidade dentro da perspectiva capitalista, não tem como. Porque o capitalismo é mobilizado pelo lucro, pela mais valia, então não tem lógica. A própria compreensão de recurso natural é uma compreensão mercadológica dos conceitos da natureza, natureza no sentido de ambiente, animal, vegetal, dos ecossistemas que nos acolhem. Por outro lado, o conceito de sustentabilidade, eu até brinco com essa palavra desenvolvimento dizendo assim: desenvolvimento significa “des-envolvimento”, ou seja, sair de uma relação de envolvimento. E a gente tem que pensar na lógica oposta, sustentabilidade implica em envolvimento, sustentabilidade implica nessas possibilidades que as pessoas têm de reconhecer-se como parte dessa grande tribo. E compreendendo essa tenda em todas as suas múltiplas dimensões. A gente tem inclusive trabalhado mais recentemente com o conceito de transdimensionalidade, porque não dá pra gente se pensar isolado, nem dá pra gente se pensar cognitivamente, apenas. Porque sustentabilidade implica em conhecer as necessidades que nós temos de acolher, de cuidar, de amar..então freiraneamente pensando a sustentabilidade eu diria que a dialógica é fundamental, então pensar qualquer movimento educativo principalmente na perspectiva da educação ambiental, na minha compreensão, implica numa perspectiva dialógica, amor, fé no homem, confiança nas possibilidades, a esperança de que é possível fazer a diferença e a criticidade no sentido de desvelar o que tá por trás. Eu penso que se a gente trás esses elementos nós temos tudo para ter outra sociedade, mas infelizmente isso tá muito complicado, mas sou um otimista e, portanto acredito que é possível.

Entrevista Luiz Marcelo Carvalho

Graduado em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Barão de Mauá (1976), mestrado em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (1980), doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (1989) e pós-doutorado pelo Instituto de Educação da Universidade de Londres (1999). Atualmente é Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, junto ao Departamento de Educação, onde trabalha como professor de Prática de Ensino em Ciências e Prática de Ensino em Biologia. É credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP - Instituto de Biociências - Rio Claro - Linha de Pesquisa - Educação Ambiental. Também credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP - FCL de Araraquara. Membro de corpo editorial da Interações e membro de corpo editorial da Revista Pesquisa em Educação Ambiental. Tem participado da Comissão Organizadora dos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental, do Grupo de Trabalho Educação Ambiental da ANPED (GT22) e é membro da Sociedade Brasileira de Ensino de Biologia. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Ambiental, Educação Ambiental no Contexto Escolar, Pesquisa em Educação Ambiental, Ensino de Ciências e Biologia e Formação de Professores. (Retirado de: www.cnpq.br)

Nome completo é Luiz Marcelo de Carvalho. Eu trabalho na Universidade estadual paulista. Não sei se você localiza bem, mas São Paulo tem três universidades estaduais (USP, UNICAMP E UNESP). A UNESP é uma universidade multi-campus. Ela está espalhada por todo o interior do estado de São Paulo. O campus que eu trabalho é o de Rio Claro, e no campus de Rio Claro nós temos dois institutos: geociências e biociências. E por mais estranho que possa parecer o departamento de educação está no instituto de biociências. Nós não temos nenhum instituto da área de humanas, então o departamento de educação se estabeleceu no instituto de biociências. É nesse instituto que eu trabalho, no departamento de educação. E daí to vinculado, no momento coordenando o programa de pós-graduação em educação, e neste programa nós temos uma linha de pesquisa que é educação ambiental.

Meu email é lmarcelo@rc.unesp.br

Voltando um pouco a essa ideia, de tentar responder essa questão sua eu estou pensando sobre o que eu penso, o que poderia ser pensado, eu penso como eu poderia explicitar as minhas compreensões sobre sustentabilidade. Mas uma coisa que eu queria primeiramente te chamar a atenção que ao fazer essa tentativa que vocês tá me pedindo pra fazer, eu não to tentando definir sustentabilidade. Estou lembrando agora que na

minha tese de doutorado, uma tese de vinte e tantos anos atrás eu me deparava sempre com essa pergunta: o que é educação ambiental? Na tese eu tento dizer de alguma forma que essas tentativas de colocar termos novos a realidades que nós ainda não compreendemos muito bem, que elas são sempre muito difíceis de serem conceituadas.. porque são questões muito complexas, questões novas. Eu comentava lá na tese (eu to falando isso porque também acho que isso vale pra sustentabilidade) que toda vez que a gente tenta definir coisas desse tipo a gente na verdade não define nada, a gente sempre deixa em aberto possibilidades outras de compreensão porque são questões muito complexas, muito novas e eu acho que ainda em construção, ideias que ainda estão sendo construídas. Eu vou tentar responder a sua pergunta pensando alto em compreensões que hoje eu leio um pouquinho sobre este termo sustentabilidade. Acho que a primeira coisa que eu gostaria de dizer em relação a isso é que a indicação, a evidência tão grande de que sustentabilidade hoje significa tantas possibilidades diferentes. Ela tá muito clara nas tentativas de grupos muito diferentes se apropriarem do termo, então você tem grupos com perspectivas políticas e ideológicas de um extremo de qualquer categorização que você queira colocar e grupos exatamente em outro lado completamente oposto, mas fazendo o uso, se apropriando não com a mesma intenção, mas com intenções diferentes se apropriando do mesmo termo. Então isso já me evidencia formas e possibilidades muito grandes de compreender a questão da sustentabilidade.

Você tá me perguntando mas o que isso significa? Significam algumas questões que nos colocam pra pensar em princípios talvez que pudessem orientar uma perspectiva de sustentabilidade. E claro, eu já te diria de certa forma tentando diferenciar essa perspectiva daquilo que se convencionou chamar, essa é a impressão que eu tenho, eu não tenho esse dado. Me parece que antes de se utilizar o termo sustentabilidade, acho que primeiramente imagino que conceitualmente aparece a ideia de desenvolvimento sustentável, eu imagino, eu não tenho isso muito claro pra mim. Eu imagino que primeiro aparece esse termo desenvolvimento sustentável que vem nós sabemos de um contexto em que traz preocupações sobre a questão ambiental, mas de longe preocupações que se voltam para uma perspectiva mais crítica em termos de necessidade de alterações, de padrões mais fundamentais da relação do ser humano na sociedade e dessa sociedade com a natureza de uma maneira geral. Então, a primeira coisa que eu tento fazer quando penso no conceito de sustentabilidade é me colocar num

outro lugar que não nesse do desenvolvimento sustentável. Você vê, quando as coisas são difíceis da gente dizer o que é a gente começa a dizer o que não é, né.

Então eu olho para o termo sustentabilidade ou para algum outro termo que tá muito próximo e que veio numa tentativa de dizer que nós estamos falando de uma outra coisa que são as sociedades sustentáveis, outra coisa em relação a desenvolvimento sustentável. Mas é essa necessidade de olhar, de contextualizar as nossas preocupação em relação aos nossos padrões de relação ou aos padrões de relação sociedade/natureza mas numa perspectiva que essa transformação necessariamente passa por outras transformações, transformações de compreensão sobre o que é natureza, sobre o que é sociedade sobre o que é essa nossa relação sociedade/natureza e que necessariamente passa pelo questionamento dos atuais modelos de produção social. Essa é a minha primeira questão, quer dizer, pensar em sustentabilidade é pensar num mundo diferente em que padrões de relações sociais de produção incorporem definitivamente as preocupações com a natureza e as preocupações em relação a esse modelo exploratório tanto dos seres humanos em relação a outros seres humanos, mas fundamentalmente também relações de seres humanos com outros elementos da natureza, sejam eles elementos vivos e outros elementos não vivos da mesma forma, olhando com respeito em relação de reciprocidade, nos colocando entre esses outros seres, não como alguém de fora desse lugar que é a natureza..e daí a possibilidade de pensar um mundo diferente, pensar um mundo com outras perspectivas, é quase mesmo que uma proposta de reinvenção desse mundo, dessas relações.

Não vou te dizer que até agora no grupo essa perspectiva tenha sido uma motivação em termos de um questionamento, quer dizer, ela ser motora de uma pesquisa em que essa questão é colocada como questão orientadora de um conjunto de pesquisas, como uma linha de pesquisas. Mas o que eu tenho percebido de forma muito clara no nosso grupo até como posicionamento crítico em relação a essas terminologias de desenvolvimento sustentável e de um determinado jeito de olhar para sustentabilidade e quase que engrossando esse movimento que tem na América latina de uma certa resistência de alteração do nome de educação ambiental para educação para o desenvolvimento sustentável, educação para a sustentabilidade. Teve um movimento que conta um pouco a nossa historia em relação a educação ambiental. Mas é impossível, por exemplo, nos cursos de pós-graduação que questões relacionadas com essa ideia de desenvolvimento sustentável ou a ideia de sustentabilidade numa outra perspectiva de que ela não seja tratada, porque essas questões emergem dos materiais com os quais nós entramos em

contato, sejam eles críticos ou não. Então para concretizar isso que eu estou falando esse semestre eu to trabalhando uma disciplina chamada seminário de pesquisa em educação ambiental e ao propor para os meus alunos uma oficina de análise de pesquisa em educação ambiental, eu propus escolher entre tantas possibilidades um tema que nós gostaríamos nessa análise de pesquisa buscar, que sentidos nós poderíamos produzir a partir dos relatos de pesquisa e o grupo de alunos com o qual eu estou trabalhando escolheu o termo desenvolvimento sustentável e todas as derivações dele (sustentabilidade, sociedades sustentáveis...). Então isto emerge de uma forma quase que espontânea. E eu sei também em conversas com a minha colega que também está trabalhando com outro curso nesse semestre que é educação ambiental e valores que nos textos sobre a questão valorativa na educação ambiental que essa perspectiva da sustentabilidade, de desenvolvimento sustentável e de outros termos próximos estão constantemente presentes lá nas discussões.

Entrevista Martha Tristão

Possui Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (1980), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (1992), doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2001), pós-doutorado em Educação Ambiental na University of Regina, Saskatchewan, Canadá (2011). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, cultura, processos identitários, teoria da complexidade e produção de narrativas. (Retirado de www.cnpq.br)

Sou Martha Tristão, trabalho no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Nós temos um grupo de pesquisa que é o NIPEA que é um grupo interdisciplinar de pesquisa estudo em educação ambiental. Nós criamos esse grupo desde 2005 e hoje fazem parte desse grupo estudantes da pós-graduação, mestrando e doutorandos, alunos de iniciação científica e monitores, monitoras da graduação. Nós temos dificuldade de diálogos com professores, professores que compõem nossas bancas, que recebem convites e aceitam para participar das bancas, mas não tem uma atuação efetiva em educação ambiental por meio desse núcleo. Então a gente já observa aí que há uma atomização das pesquisas, das ações dentro do próprio programa. Eu to dentro de uma linha que se chama cultura, currículo e formação de educadores. Dentro dessa linha de pesquisa nós temos professores atuando no campo do currículo, da formação de professores e essa linha foi criada a partir de uma análise feita das produções dos professores... quer dizer, ela foi criada a partir desse levantamento em que se agrupou professores por afinidades teóricas, metodológicas. Eu me sinto bem dentro dessa linha, bem no sentido de dialogar com esses professores que estão estudando. Eu não sou uma estudiosa do campo do currículo mas a gente dialoga com as pesquisas que esses professores fazem com o cotidiano, o que a gente tem nos referenciais que são comuns.

Meu email é marthatristao@terra.com.br

Pergunta difícil, né. Olha só, pra mim, na verdade é difícil porque quando você define você delimita fronteiras, você estabelece um território, você especifica. E a sustentabilidade pra mim não é um conceito, é uma noção, é um paradigma. E se é um paradigma, a sustentabilidade, estaria ligada a uma filosofia de vida. E se tá ligada a

uma filosofia de vida, ela tem conexões diretas com ações que envolvem uma proposta de desenvolvimento baseada em desenvolvimento em que você possa envolver as pessoas. Mas não era isso que eu queria dizer não...eu queria construir a coisa de outra forma, mas eu to tão cansada... Bem, enfim, o que eu queria dizer é que desenvolvimento não é um processo que está fora do sujeito e esse paradigma da sustentabilidade repensa esse processo civilizatório. Nós teríamos que pensar num outro processo civilizatório para que a gente pense num paradigma da sustentabilidade que não esteja reduzido a economia. Então, o paradigma da sustentabilidade são aspectos que envolvem diretamente a cultura, porque as diferenças culturais tem uma relação estreita com a natureza. Se você tem e consegue entender que os sujeitos produzem essas culturas, repensam suas culturas locais e com isso resignificam as formas que esses sujeitos estabelecem relações com o meio ambiente, é sustentabilidade. Mas a sustentabilidade ela também pressupõe um entendimento de práticas que às vezes são invisibilizadas, invisibilizadas no sentido que nós temos sujeitos, comunidades (quando eu falo sujeito estou falando de sujeitos coletivos também) que possuem essa prática sustentável mas que elas não aparecem. Por que elas não aparecem? Porque muitas vezes (e ai eu to me beneficiando de um conceito do Boaventura que ele fala da sociologia das ausências) quer dizer, tem certos saberes que não aparecem, eles estão ausentes da cartografia que é produzida por um desenvolvimento hegemônico.

Trabalho muito, bastante. A gente tem essa produção. Desde a minha tese que eu fiz esse histórico do que seria e do que envolveria esse paradigma da sustentabilidade. Acho que essa discussão que rolou hoje no grupo, ela é muito profícua, inclusive pra você. Porque desencadeou um debate que é significativo para a educação ambiental, que é você entender a lógica que está por trás do desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade não se enquadra dentro dessa lógica. Quando eu falo que a sustentabilidade é um paradigma, eu to querendo dizer que é uma racionalidade aberta para compreender a complexidade do mundo e pra entender que você tem uma finitude na exploração e espoliação da natureza.

Eu tenho uma aluna que está fazendo um levantamento de todas as dissertações de mestrado produzidas lá no nosso grupo. Ela não tá fazendo especificamente sobre o conceito. Você pode entrar no site do programa e olhar as dissertações que estão lá e que debatem a sustentabilidade.

Eu tenho falado que ao invés de usar sustentabilidade atualmente, usar práticas sustentáveis, saberes sustentáveis também. A gente tem trabalhado com essa forma de

compreender essas inter-relações de saberes e fazeres cotidianas, principalmente que algumas comunidades, que são comunidades costeiras, que habitam a ilha de Vitória - porque eu moro numa ilha- estabelecem com a natureza. Então nós temos um trabalho lá que a gente tá começando agora, que nós temos o grupo chamado paneleiras, as paneleiras elas são consideradas patrimônio imaterial, patrimônio cultural imaterial da humanidade. Elas fazem panelas de barro há mais de 100 anos usando uma planta chamada tanino – tanino é extraído de uma árvore de manguezal de uma forma sustentável- os casqueiros que fazem a extração da casca, vendem para elas essa casca e elas fazem o tingimento da panela. E a forma que o barro é extraído, que causa em certo impacto de qualquer maneira, porque nós estamos vivendo nessa fase de intervenção antrópica, que é como se fosse uma escala de um tempo geológico, como nós já tivemos outros, essa era que é a era da intervenção humana no meio ambiente. Então de todas as maneiras qualquer ação provoca uma modificação. Mas os saberes dessa comunidade são saberes que se mantêm com toda a pressão que a globalização exerce. E como que se explica isso? Então a gente tá tentando entender. To até antecipando algumas coisas porque eu me empolguei... a gente queria muito fazer um cd sobre as práticas sustentáveis dessas comunidades que a gente tá começando a fazer essa cartografia, e distribuir para as escolas. Mas a gente não sabe ainda se vai conseguir ou não, se nós vamos ter pernas ou não pra fazer isso.

Então, só pra você entender como é que a gente tá pensando e trabalhando a sustentabilidade hoje. Por isso que eu levantei aquela questão sobre o grupo da tarde, porque a sustentabilidade pra nós tem uma relação intrínseca com a cultura, com a cultura local. Então, é pensar no local, pensar na origem e pensar em processos de identificação mesmo, ou seja, partir das relações que eu estabeleço com o local.. e esse local tem uma relação com o global.

Eu publiquei um texto no livro que o Guerra publicou (Sustentabilidade em diálogos) que é uma referência porque ali eu falo dessas duas relações: local/global dessa interdependência, desenvolvo essa sociologia das ausências que eu to falando pra você e da relação espaço/tempo, ou seja, o lugar que eu to falando é um lugar situado, é um lugar praticado, e o espaço não, ele não se configura como um lugar,mas o espaço pode ser um lugar praticado de acordo com Michel de Certeau.

Entrevista Mauro Guimarães

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), com especialização em Ciências Ambientais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1991), Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1996) e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2003). Professor pesquisador do quadro permanente do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente é Coordenador do GT 22 de Educação Ambiental na ANPEd. Atuação na área de Educação, com ênfase em Educação Ambiental. Autor de livros e artigos na área. (Retirado de www.cnpq.br)

Sou professor da Universidade Rural do Rio de Janeiro – Programa de Mestrado em Educação Contexto Contemporâneo Demandas populares. Email: guimamauro@hotmail.com

É uma discussão bem atual, complexa porque é um conceito ainda muito polissêmico. Ele veio a reboque de toda uma discussão que se tornou mais presente na sociedade que é do desenvolvimento sustentável, e que acho que fruto de uma própria crítica a ideia que se tornou hegemônica em torno do desenvolvimento sustentável, que trás muito a questão do desenvolvimentismo, e pensando a sustentabilidade como ma reforma dessa proposta de desenvolvimento, mas sem causar uma transformação estrutural dessa proposta, ou seja, pensar uma sustentabilidade dentro de um mesmo modo de produção, dentro de uma mesma lógica, que é a lógica do capital, do mercado e aí se apropriar da sustentabilidade para um desenvolvimento. Então assim, a partir dessa crítica que se fez a esse conceito eu acho que se buscou fugir e ampliar a discussão para a sustentabilidade, e aí eu vejo a (...) significação que eu dou quando eu uso esse termo nas minhas pesquisas ela se amplia para uma perspectiva que vai além da sociedade que a gente vive hoje, no seu modo de produção, na sua forma de organização social pra pensar numa nova sociabilidade, numa nova estrutura social e numa nova organização social que demande um novo modo de produção, de consumo e que esse tenha como prioridade a questão da sustentabilidade, ou seja, que seja um modo de produção que tenha como prioritário a sustentabilidade da vida e não a questão do desenvolvimento pelo lado da perspectiva econômica em que a prioridade é a geração de riqueza e a forma como a sociedade se organizou para se apropriar dessa riqueza gerada por esse modo de produção. Então a sustentabilidade nessa minha forma de entender, ela procura ser um conceito que se coloca numa postura contra hegemônica da ideia de

desenvolvimento sustentável abrindo pra essa possibilidade de pensar uma nova realidade e uma situação de uma sociedade transformada.

Eu uso na perspectiva da educação ambiental, o meu trabalho é tudo vinculado a educação ambiental, meu grupo de pesquisa vinculado aos estudos e pesquisa em educação ambiental, diversidade e sustentabilidade.

A minha discussão central não é da sustentabilidade, a sustentabilidade entra como um aporte para a discussão da educação ambiental, na perspectiva crítica que é o que eu trabalho e nessa perspectiva o que a gente busca é essa ideia da sustentabilidade. O que eu uso muito é no sentido de pensar a sociedade sustentável, então ao invés de usar o termo desenvolvimento sustentável a gente usa sociedade sustentável no sentido dessa sustentabilidade que eu falei anteriormente. Então assim, a perspectiva que eu trabalho de educação ambiental crítica é essa perspectiva de uma educação que pensa a partir do processo educativo como sendo uma forma de intervenção na realidade a partir de seus agentes, de seus sujeitos que formados por esse processo educativo eles tem essa atuação de intervenção na realidade para transformar essa realidade. Esse processo de transformação ele busca a construção de algo novo e esse algo novo, dentro dessa discussão, seria uma sociedade sustentável que ainda tá numa perspectiva do ideal, mas é certamente algo a ser construído diferente e transformado do que é hoje. E quando eu falo “transformado do que é hoje” significa pensar uma nova realidade que é composta a partir de uma nova organização da sociedade, da sua forma de produzir, de consumir, ou seja, nas suas relações... que ela estabelece relações sociais, relações que se estabelecem entre sociedade e natureza, na sua forma de apropriação para poder estar gerando a forma de sobrevivência, a forma de reprodução social, mas numa perspectiva transformada.

Entrevista Michèle Sato

Michèle Sato possui licenciatura em Biologia (São Paulo, SP), mestrado em Filosofia (Norwich, Inglaterra), doutorado em Ciências (São Carlos, SP) e pós-doutorado em Educação (Montréal, Canadá). É docente associada no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso [UFMT] e líder do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), além de colaboradora em várias outras universidades nacionais e estrangeiras. Colabora nas comissões editoriais de diversos periódicos e é articuladora de diversas redes potencialmente ambientais. Possui várias experiências nacionais e internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental - fenomenologia - ecologismo - arte mitologia direitos humanos. É bolsista produtividade do CNPq e membro da comissão nacional de direitos humanos (DHESCA). (Retirado de: www.cnpq.br)

Michèle Sato, UFMT, meu email é michelesato@gmail.com

A sustentabilidade é a coisa mais difícil de definir porque cada qual lança o seu próprio olhar de acordo com as experiências, as vivências, aprendizagens de cada qual. Então você vê desde ambientalistas, ditos radicais como *Greenpeace* que fazem intervenções e ativismos políticos bem arraigados, você vê professores universitários, estudantes de universidades, governador, ONG, você vê ruralistas falando em sustentabilidade, grandes produtores que trazem bastante malefícios como agrotóxicos, por exemplo, estão falando em sustentabilidade. Então, é um conceito que precisa ser revisto à luz de cada área, de cada segmento daquilo que cada um entende que seja sustentabilidade. E eu entendo se é essa a pergunta que você faz pra mim, não é congelamento, você vai ter que codificar determinados fluxos e refluxos de um sistema que possa estar com total justiça ambiental. Nesse âmbito a gente tem se deslocado mais, retirado da pauta de lixo, por exemplo, que eu acho que é o tema mais popular que tem na educação ambiental. Em Mato Grosso a exigência que se faz a emergência é em relação a justiça social. Lá tem muita desigualdade social, econômica. Então também depende da região que você está e aonde que você vai atuar também. Está tudo muito imbricado e dependendo da sua ação, então, por exemplo, eu tava vendo agora a discussão dos GTs (...) que a gente tem interface, então, por exemplo, a minha linha de pesquisa não é educação ambiental, é movimentos sociais e dentro desses movimentos sociais eu trabalho com um cara que é da educação e trabalho. No meu grupo de pesquisa tem comunicólogo e a gente trabalha com arte também. Então há uma transversalidade gigantesca por aqueles GTs próprios da ANPED que não se resume só em educação ambiental, mas aí eu to na educação ambiental pela minha identidade, pela minha constituição histórica daquilo

que eu entendo, então eu acho que aí vem a questão da sustentabilidade dependendo do que você tá compreendendo a tua identidade se forma. Tudo está muito conectado com tudo nesta teia da educação. Por exemplo, estava ouvindo atentamente as discussões do GT22 e percebo que temos diversas interfaces. Por exemplo: a linha de pesquisa que participo na UFMT chama-se movimentos sociais, política e educação popular.

Um professor que é da mesma linha trabalha com educação e trabalho, outro com fenomenologia e ainda outro com comunicação. Eu dou ênfase na arte e mitologia e tudo isso se ramifica em outros GT dentro da ANPED. Mas eu participo do GT educação ambiental por identidade nela, pela minha constituição histórica daquilo que já construí, vivi e reconstruo cotidianamente. Assim a sustentabilidade vai depender de cada olhar dos sujeitos, das experiências e estudos que cada qual viveu e que possibilita ser diversos.

A todo o momento a gente desenvolve pesquisa nessa área, a todo o momento a gente tá trabalhando sustentabilidade. O termo é muito presente principalmente, mas se o financiamento é internacional, aí a tônica é diferente, pois eles querem que você trabalhe com a questão do desenvolvimento sustentável. Você até atende a tônica num primeiro momento, numa questão de edital, que tem dinheiro. Não estou querendo ser mercenária não, mas é a pauta que oferece brechas para que adentremos nestas esferas para sermos oposição ou minimamente mostrar nossas resistências contra as forças hegemônicas. Vou te dar um exemplo, nós temos um projeto ligado a ONU que é uma rede internacional de avaliação sistêmica do milênio que tem como mola propulsora o desenvolvimento sustentável. Nós fazemos parte dessa rede, mas a gente não trabalha com esse viés nós trabalhamos com o viés de sociedades sustentáveis e dentro do contexto a gente abre debate, provoca, causa o mal-estar. Mas as pessoas estão sabendo o que significa, e acho que me aceitam, pois ninguém me expulsou da rede ainda. Então acho que são brechas, é isso que o Michel de Certeau falava que tem algumas brechas que você consegue se apropriar ou adentrar, dessas ocasiões, dessas oportunidades pra você revelar o que vocês tá entendendo disso tudo, de sustentabilidade.

Esses projetos mostram muitos resultados, muitas produções científicas. Está tudo esparramado, né. Ora tá aqui, ora tá ali. De cabeça eu não sei falar, mas posso enviar por email. Há uma seleção da compilação da literatura sobre a década da UNESCO (educação para o desenvolvimento sustentável) organizada pelo Philippe Layargues, na época que ele era do DEA-MMA. A página carece de revisão e atualização, ainda mais

neste limiar da rio20 que acaba de acontecer no RJ. Mas certamente alguns conceitos são clássicos e devem ser lidos de forma atemporal.

O primeiro encontro do Mar de Dentro de vocês, da FURG, que eu não me lembro de que ano que foi, teve o Arion na coordenação. Ele me convidou para fazer um debate sobre os desafios da educação ambiental e o texto já foi publicado lá na revista de vocês. E eu fui a pessoa que pela primeira vez debateu criticamente o conceito de desenvolvimento sustentável no âmbito da educação ambiental brasileira. Até o Aloísio falou que eu era muito corajosa, que era um momento pós ECO-92 onde a pauta ambiental era desenvolvimento sustentável, de repente eu vou lá e falo mal, então naquele período todo mundo me convidava para fazer esse contraponto. Ai eu fiquei de saco cheio de falar sobre desenvolvimento sustentável. Chega, não quero mais falar sobre isso ai. Mas é claro que a pauta continua e hoje as pessoas estão querendo nos enganar mudando o nome para “economia verde”. É preciso novamente se organizar para debater o equívoco conceitual e ético deste paradigma imposto pelas Nações Unidas, por meio de nossos estudos, pesquisas e experimentações. Então, contribuições para o trabalho... Vocês têm noção que esse é um conceito extremamente plural e que vocês vão encontrar inúmeras definições, inúmeras experiências, inúmeras interpretações. E que vocês vão ter um trabalho hercúleo de tentar compreender à luz do significado de que vocês mesmos compreendem do que seja sustentabilidade. Parece-me que está faltando um posicionamento mais contundente dos ambientalistas sobre isso. Todo mundo fala sobre sustentabilidade, desde o ensino fundamental, universidades, governo, ONG, empresários, ruralistas. Então a FAMATO, por exemplo, que é uma das arqui-inimigas da questão ambiental lá em Mato Grosso, tem uma diretoria agora de ambiente e sustentabilidade... e o que é isso, né.. A FAMATO que está ligada totalmente com a MONSANTO falar sobre isso ai. Então é preciso muita cautela e muito cuidado na hora dessa abordagem, que na minha compreensão é uma abordagem muito mais política do que epistemológica, por isso que precisa muito cuidado na hora de tratar isso.

Revisando esta entrevista à luz dos acontecimentos do Paraguai, a discussão e o estudo aprofundado sobre a sustentabilidade tornam-se mais importante ainda, já que o golpe contra Fernando Lugo veio por intervenção da direita do incitamento da Monsanto. Eles usam o maquiagem que o presidente não soube controlar a situação de conflito na fronteira brasileira, mas foi exatamente o contrário: Lugo tentou empoderar os camponeses contra a hegemonia neoliberal da Monsanto. É assustador, em plena aurora

do século 21, ainda testemunhar a ditadura da direita no Paraguai! Todas estas relações políticas se emaranham com a agricultura e os trabalhadores do campo, que por sua vez têm intrínseca relação com a dimensão ambiental. Todo conflito ambiental relaciona-se com o dilema social! É preciso que os educadores ambientais reflitam seriamente na vida em sua teia da complexidade, do contrário o debate sobre a sustentabilidade será simplesmente “insustentável”.